



ÍNDICE

1 - Enquadramento	3
2 - Metodologia	4
3 – A Atividade Municipal em 2018	5
4 – Execução Orçamental	22
4.1 – Modificações ao Orçamento Inicial.....	23
4.2 – Resumo da Execução Orçamental.....	23
4.3 – Execução da Receita.....	24
4.4 – Execução da Despesa	28
4.5 – Execução do Plano de Atividades Municipal.....	32
4.6 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos.....	33
4.7 – Cumprimento de regras orçamentais	34
5 – Evolução da situação patrimonial, financeira e económica	36
5.1 – Balanço	36
5.2 – Demonstração de Resultados	38
5.3 – Custos por Funções / Obras por administração direta	40
5.4 – Dívida do Município	41
5.5 – Cumprimento de regras financeiras.....	43
6 – Indicadores de Gestão	44
6.1 - Indicadores de natureza orçamental	44
6.2 - Indicadores de natureza financeira.....	45
7 – Factos relevantes verificados após o encerramento do exercício	46
8 – Proposta de Aplicação dos Resultados	47

1 - Enquadramento

Nos termos da alínea i) do n.º1 do artigo 33.º da Lei n.º75/2013, de 12 de Setembro, que estabelece o regime jurídico das autarquias locais, é da competência da Câmara Municipal elaborar e aprovar os documentos de prestação de contas e submetê-los à apreciação e votação da Assembleia Municipal, em conformidade com a alínea l) do n.º 2 do artigo 25.º do mesmo diploma legal.

Um dos documentos de prestação de contas é o **Relatório de Gestão**, cujo conteúdo deve contemplar os aspetos referidos no ponto 13 do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL). Para além disso, deve conter um conjunto de informações que reflitam a situação funcional, operacional e económica da Autarquia.

Tais informações destinam-se não só à apreciação do órgão deliberativo, fiscalizador da atividade municipal, e ao julgamento do Tribunal de Contas, mas também a terceiros tais como fornecedores, entidades bancárias e cidadãos em geral, a fim de avaliarem a atividade desenvolvida e o seu impacto no desenvolvimento económico e social do concelho. Nesta conformidade, cabe à Assembleia Municipal apreciar os documentos de prestação de contas individuais na sua sessão ordinária de abril do ano seguinte àquele a que respeitam, de acordo com o n.º2 do artigo 27.º da Lei n.º75/2013 e com o n.º 1 do artigo 76.º da Lei n.º73/2013, de 3 de Setembro (na sua atual redação), que estabelece o regime financeiro das autarquias locais.

Posteriormente, o município remeterá à Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL) e ao Tribunal de Contas os documentos de prestação de contas, e disponibilizá-los-á no seu sítio eletrónico.

Refira-se que o Município de Odemira não apresenta contas consolidadas uma vez que não se encontra em nenhuma das situações previstas no art.º75.º do regime financeiro das autarquias locais.

2 - Metodologia

A **Prestação de Contas**, para além de integrar o **Relatório de Gestão**, é composta por documentos financeiros que transmitem a imagem da Autarquia no final do exercício.

Um desses documentos é o **Balanço** que espelha a comparação entre os agregados ativos e os agregados passivos do património da autarquia, revelando assim a sua situação patrimonial e financeira e pondo em evidência os seus fundos próprios. Outro dos documentos financeiros é a **Demonstração de Resultados** que evidencia os custos incorridos e os proveitos obtidos no exercício económico, bem como o respetivo resultado apurado.

Para uma melhor análise da situação patrimonial, financeira e económica é apresentado um documento denominado **Anexos às Demonstrações Financeiras** que contém a caracterização do Município e as Notas ao Balanço e à Demonstração de Resultados.

Também a execução dos Documentos Previsionais, apresentada nos **Mapas de Prestação de Contas**, fornece elementos essenciais que permitem aferir a capacidade de concretização do planeamento efetuado para o exercício.

Dando cumprimento ao disposto no n.º3 do art.º 76.º do regime financeiro das autarquias locais (na sua atual redação), é apresentado documento elaborado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, nomeada pela Assembleia Municipal, que contém a **Certificação Legal de Contas** e o **Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas**, nos termos previstos no art.º 77.º daquele normativo.

Relativamente ao relatório da atividade desenvolvida pela autarquia foram obtidos os dados necessários com o contributo de todos os serviços, sendo de realçar que, presentemente, as unidades orgânicas do Município procedem a relatórios trimestrais de atividade.

3 – A Atividade Municipal em 2018

Enquadramento Financeiro e Patrimonial

O presente documento de Prestação de Contas 2018 (Relatório e Contas) apresenta com ênfase a prestação de contas e as ações de maior relevância desenvolvidas pela Câmara Municipal de Odemira no âmbito das Grandes Opções do Plano 2018.

Da análise financeira e patrimonial, destaca-se que a execução orçamental em 2018 apresenta uma despesa total de 29.038.882,42 euros (contra 27.492.142,04 euros em 2017), repartida por 6.603.457,19 euros (contra 6.285.590,61 euros em 2017) de despesa de capital, o que representa 22,7%, e uma despesa corrente de 22.435.425,23 euros (contra 21.206.551,43 euros em 2017), o que representa 77,3%. Ainda em 2018, a receita total obtida foi de 28.492.884,41 euros (contra 27.896.828,42 euros em 2017), ou seja, mais 2,1%, relativamente a 2017, da qual 2.532.940,70 euros (contra 2.383.002,29 euros em 2017) em receita de capital.

A comparação com a média dos 3 anos imediatamente anteriores (2017, 2016 e 2015) permite-nos constatar uma estabilização de arrecadação de receita ao longo do quadriénio, com o ano de 2015 a representar a inversão dessa tendência, que vinha em decréscimo desde 2009. Saliente-se que ao nível da despesa de capital esta reflete a opção tomada de aplicar parte da receita corrente em investimento.

Em termos globais as verbas arrecadadas em 2018 foram inferiores em cerca de 0,55 M€ às verbas pagas, registando-se igualmente um saldo de capital negativo na ordem dos 4,0 M€ e um saldo corrente positivo superior a 3,5 M€.

As receitas correntes registaram uma cobrança superior ao ano anterior, sobretudo, por via de uma maior arrecadação de transferências da administração central, do IMI, do IUC e do IMT, por contraposição a uma redução na receita da Derrama.

A receita de capital arrecadada em 2018 registou um ligeiro acréscimo quando comparada com o ano transato, justificada essencialmente pelo acréscimo nos recebimentos do QREN e Fundos Nacionais relativos a projetos executados e pagos de candidaturas totalmente executadas.

Por outro lado, a despesa de capital executada em 2018 registou um acréscimo de 5,1% quando comparada com o ano anterior, essencialmente justificada com a execução de investimentos co-financiados pelo Portugal2020.

Por comparação com o ano anterior, conclui-se que a despesa corrente cresceu 5,8%, sem expressão, com especial destaque para a despesa de aquisição de bens e serviços e para a despesa de pessoal (assente no aumento do salário mínimo ocorrido e no recrutamento de novos recursos humanos).

A análise dos números anteriores e da execução do PPI (que cresceu 3,4% relativamente ao ano anterior) permite concluir uma maior preponderância das funções sociais na estrutura do investimento realizado, tendo a gestão assentado no cumprimento dos objetivos e sido marcada pela redução da despesa, incrementando e diversificando as fontes de receita, nomeadamente pela captação de Fundos Comunitários de diversos Programas.

Conforme se pode concluir, os proveitos decorrentes do exercício de 2018 são superiores em cerca de 2,5% aos obtidos em 2017. Ao nível dos custos constata-se um aumento na ordem dos 2,4% relativamente àquele ano.

A análise ao Balanço no final de 2018 permite-nos constatar um decréscimo (1,7%) do Ativo Líquido relativamente ao ano transato.

Os Fundos Próprios apresentam um acréscimo de 720.000€, para o qual contribuiu principalmente o resultado líquido positivo obtido.

O Passivo apresenta uma redução na ordem dos 6,3% (cerca de 2.085.000€) relativamente a 2017, sendo de realçar a redução de 1.134.000€ ocorrida ao nível do endividamento de médio e longo prazo.

Os indicadores de liquidez relativos a 2018 dão-nos conta de uma situação de tesouraria confortável.

Conforme se pode constatar pelos principais indicadores, rácios de solvabilidade e de autonomia financeira apresentados, a autarquia detém uma boa solidez financeira e uma boa capacidade para fazer face aos compromissos assumidos com os seus fornecedores.

Principais Atividades em 2018

O ano 2018 corresponde ao segundo ano do mandato autárquico 2017/2021, decorrendo ainda num período de diversas restrições da autonomia do Poder Local, designadamente em matérias relativas à contratação de pessoal e de serviços. Porém, tal facto não impediu uma considerável atividade municipal, sempre que possível alicerçada em candidaturas, parcerias e protocolos.

O **reforço do Controlo e Racionalização Orçamental**, a aposta em modelos de serviço público destinado às **Pessoas e à sua Qualidade de Vida, ao reforço da Competitividade e Inclusão**, continuaram a constituir em 2018 os pilares das grandes opções da atividade municipal, que configuraram as grandes orientações do Mandato 2017/2021.

Em 2018 prosseguiram diversos investimentos por empreitada e administração direta do município, tendo-se concluído e iniciado novas realizações em áreas como a requalificação urbana, rede viária municipal, redes de abastecimento de água, saneamento e tratamento de efluentes e em diversos espaços e equipamentos públicos.

A realização de atividades na Educação, na Juventude, no Apoio Social aos mais carenciados, no Lazer, Desporto e Cultura, nas novas Tecnologias da Informação e Comunicação, no Ambiente, na dinamização de mais e melhor Cidadania, no apoio ao trabalho das Associações, contribuíram decisivamente ao longo do ano para a dinamização e construção de uma melhor qualidade de vida, numa sociedade mais ativa, solidária e participativa.

Em 2018 continuámos a trabalhar em parceria, com as Juntas e Assembleias de Freguesias, com a Assembleia Municipal, com o Governo e com a União Europeia, com as Associações e as Empresas, tendo sido reforçada a continuidade no aprofundar do trabalho interinstitucional, nomeadamente com a dinamização das Comissões e Conselhos Municipais nas áreas da Ação Social, Educação, Juventude, Segurança, e de Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Ainda em 2018 o Município de Odemira prosseguiu a aposta na promoção institucional “Odemira – Um Alentejo Singular”, reforçando a sua notoriedade, confirmando o trabalho de promoção e afirmação regional e nacional que vem sendo realizado.

Principais Serviços e Projetos Municipais

Em 2018 concluíram-se as ações de implementação do processo de Modernização Administrativa dos Serviços – 2ª Fase, com a implementação da plataforma informática de integração de serviços, licenciamento integrado e o novo “Espaço do Cidadão” em parceria com a Administração Central, bem como a continuação da construção do SIG municipal.

Em 2018 prosseguiu o processo de promoção da **cidadania e da participação dos cidadãos** na gestão pública promovendo a concretização dos projetos vencedores do Orçamento Participativo de 2017, 2016 e 2015 ainda por concluir, e simultaneamente desenvolvendo o processo do oitavo ano de **Orçamento Participativo no Município de Odemira**, prática que permite aos cidadãos participarem ativamente no processo de decisão de alguns investimentos públicos municipais, permitindo desta forma adequar as políticas públicas municipais às necessidades e expectativas das pessoas, melhorando a qualidade de vida e o exercício de uma cidadania informada, ativa e responsável, reforçando a credibilidade das instituições e a qualidade da democracia.

Em 2018, concluíram-se os projetos OP-Ecovia de Alagoachos a Galeado, OP-Praça Pública em Boavista dos Pinheiros e OP-A pé mexa-se pela freguesia e prosseguiu a execução dos projetos OP-Rio Mira para Todos, OP-Amar os Outros, OP-Reabilitando espaços e OP-CRIAR, tendo sido elaborados os projetos de execução dos OP-Beneficiação do Campo da “Boa Esperança” em Boavista dos Pinheiros, OP-Luzianes Ativa e OP-Saboia Ativa.

Também em 2018, Odemira continuou a integrar com sucesso o “consórcio” âncora do projeto “Portugal Participa - Caminhos para a Inovação Societal”, com o objetivo de promover processos de democracia participativa, que produzam mudanças transformadoras na sociedade, visando o envolvimento das comunidades e a prosperidade individual e coletiva, projeto apoiado e financiado a 100% pelo EA Grants (Fundação Calouste Gulbenkian), desenvolvido por Universidades e coordenado pela Associação In-LoCo.

No âmbito da **Proteção e Segurança**, foi executada a limpeza/desmatação da rede de caminhos e Estradas Municipais no âmbito do PMDFCI, bem como a limpeza e manutenção de sobrantes nas propriedades municipais e em substituição de duas dezenas de privados faltosos, e assegurada a operacionalidade da equipa de Sapadores Municipais e do Conselho Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

Em 2018, a Autarquia continuou a assegurar subsídios no âmbito dos protocolos estabelecidos às corporações de bombeiros do concelho, destinados ao apoio à atividade e à aquisição de equipamento.

Ainda em 2018, foi dada continuidade ao Protocolo entre a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Odemira, a Câmara Municipal de Odemira e a ANPC – Autoridade Nacional de Proteção Civil, relativo ao funcionamento de uma Equipa Permanente de Intervenção nos Bombeiros Voluntários de Odemira, sendo 50% dos custos da equipa assumidos pela CMO e idêntica responsabilidade no recente protocolo aprovado pelas mesmas entidades, para uma nova equipa de EIP a funcionar em 2019 nos Bombeiros Voluntários de Vila Nova de Milfontes.

Também nesta área se deu continuidade à revisão do Plano Municipal de Emergência e procedeu à execução da limpeza de diversas linhas de água em meio urbano, cuja solução teve como objetivo eliminar os riscos de cheias.

No âmbito da defesa da floresta contra incêndios prosseguiram os trabalhos de aplicação do Plano Operacional Municipal de 2017 com forte incidência no controlo de vegetação e sinalização do território em parceria com diversas instituições, ações de sensibilização, e, na Época de Fogos Florestais foi implementado o sistema municipal de coordenação das ações de vigilância e de prevenção dos incêndios florestais.

Ainda em 2018, o Município de Odemira participou na formação da “Rede Portuguesa de Municípios com Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas”, tendo como parceiros 25 outros Municípios, em continuidade ao processo de conceção e realização destas Estratégias Municipais e da formação de técnicos de autarquias, que no caso de Odemira resultou na elaboração da “Estratégia Municipal de Adaptação às Alterações Climáticas de Odemira”, apresentada publicamente em 2017.

Em 2018, o Conselho Municipal de Segurança de Odemira manteve a sua atividade regular, de acordo com a Lei n.º33/98 de 18 de Julho, tendo realizado reuniões regulares trimestralmente e promovido as ações consequentes em parceria com as instituições locais e regionais.

No domínio da **Educação**, prosseguiu a aplicação prática de diversas ações previstas em 2018, com destaque para o transporte escolar efetuado com recurso a meios próprios, contratados e em parceria com as juntas de freguesia locais. Neste âmbito, o Município de Odemira procurou implementar medidas ajustadas à realidade local, socialmente mais favoráveis, cumprindo os princípios gerais da Lei de Bases do Sistema Educativo, no sentido de garantir o direito e a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso escolar dos alunos.

Em 2018, prosseguiu o Projeto “Odemira Território Educativo”, projeto integrador que prevê a promoção de medidas que procuram cumprir o desígnio da escola pública, consubstanciado no cumprimento da escolaridade obrigatória, na promoção do sucesso escolar e na concretização da educação como ferramenta essencial na amenização das desigualdades sociais e promoção de uma sociedade mais coesa e equilibrada, onde assume relevância a ação social escolar no âmbito do pré-escolar e 1.º ciclo do ensino básico.

O apoio na aquisição de materiais e manuais escolares, a continuação do programa de generalização das refeições no 1.º ciclo, medida estendida ao pré-escolar no concelho de Odemira, a concretização da componente de apoio à família no pré-escolar com as refeições e com o alargamento dos horários de funcionamento dos jardins de Infância, são medidas centrais de apoio às famílias.

Também neste domínio se continuou a assumir a totalidade dos transportes escolares no ensino obrigatório, tendo sido aprovadas e atribuídas 36 bolsas de estudo a alunos em frequência do ensino superior nos termos do Regulamento Municipal de Bolsas de Estudo.

Com este tipo de apoios e com a concretização de diversas ações e medidas em parceria com os agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas procuramos construir um concelho educador, inovador e criativo, bem como promover a “construção” de cidadãos informados, autónomos, responsáveis, empreendedores, com elevada consciência e participação cívica,

investindo na educação como pilar para a competitividade e atratividade do território, aumentar o nível de escolaridade da população de Odemira, e, centrar sobre as oportunidades da globalização a construção de um novo modelo de cidadania. Sendo estes a Missão, Perfil do Aluno e objetivos gerais do Projeto Educativo Municipal que iniciou a sua implementação no ano letivo de 2011/2012.

Em 2018, o Município continuou a integrar a “Rede Territorial Portuguesa de Cidades Educadoras” e neste âmbito a promover a partilha das boas práticas para a construção de um projeto educativo local de uma cidade educadora inclusiva e participativa no cumprimento dos princípios da Carta das Cidades Educadoras.

Ainda neste âmbito, em 2018, o Município de Odemira e os agrupamentos de escolas têm vindo a concretizar as ações previstas no Projeto de Promoção do Sucesso e Redução do Abandono Escolar, a implementar entre 2018 e 2020, que serviu de base à candidatura aprovada, submetida ao Pacto do Alentejo Litoral – Portugal2020.

No decorrer do ano 2018, procedeu-se à elaboração de projetos e ao lançamento de concursos com vista à construção e renovação de novos equipamentos educativos, com especial destaque para os projetos dos centros escolares de S.Teotónio (obra em curso), S.Luis (concurso público a decorrer), Longueira/Almograve (em estudo prévio), e projetos de arranjos exteriores nas EB1 de Brunheiras, Relíquias e JI do Cavaleiro (Projetos concluídos). Em 2018, decorreram ainda diversas beneficiações da qualidade de espaços físicos onde decorrem as práticas educativas, apetrechando as escolas e jardins-de-infância com mobiliário, material didático, equipamento audiovisual, informático e de exterior, tendo-se procedido a aquisições para diversos estabelecimentos de ensino.

Com o objetivo de contribuir para a melhoria do funcionamento dos estabelecimentos de educação pré-escolar e 1º ciclo do ensino básico da rede pública, o Município disponibilizou verbas destinadas a este fim (encargos com consumíveis para computadores, fotocopiadoras, impressoras, conservação de equipamento diverso, entre outras situações), em protocolos com os agrupamentos de escolas e com as Juntas de Freguesia locais.

Manteve-se em 2018 a cooperação com a comunidade educativa local, através dum conjunto diverso de apoios que passaram pela cedência de transportes e apoio para a sua contratação (quando aplicável), apoio técnico e logístico para atividades realizadas pelos diversos parceiros locais.

De acordo com Decreto-Lei n.º7/2003 de 15 de Janeiro e Retificação da Lei n.º41/2003 o Conselho Municipal de Educação de Odemira manteve a sua atividade, tendo realizado reuniões regulares.

Na promoção e apoio a iniciativas relacionadas com a **Juventude**, destaca-se em 2018 a realização de diversas ações do Projeto Municipal OJovem e da Assembleia Municipal Jovem. Também neste âmbito funcionou com regularidade o Conselho Municipal da Juventude, da gestão do Cartão Municipal OJovem e foi continuado o Protocolo de colaboração com a Movijovem relativa à Pousada da Juventude de Almograve. Em 2018, foram aprovadas candidaturas ERASMUS +, que permitiram intercâmbio de jovens voluntários europeus em experiências no estrangeiro e de jovens da UE no concelho (programa que ainda decorre).

No âmbito da **Saúde**, destaca-se a continuidade na cedência de alojamento à ULSLA em Odemira, permitindo instalar pessoal médico e de outras especialidades em Odemira, para fazer face à carência local de assistência à saúde. Em 2018, continuou efetivo o protocolo que envolve a ARS, a Santa Casa da Misericórdia de Odemira (SCMO) e o Município de Odemira, relativo à Unidade Móvel de Saúde, designada de “Saúde na Mira”, prestadora de cuidados de saúde primários junto da população envelhecida em situação de isolamento. Em paralelo, continuaram a ser dinamizadas atividades promotoras de estilos de vida pró-ativos e saudáveis dedicados à população em geral, de que são exemplo as caminhadas organizadas regularmente e, vocacionado especificamente para a população sénior, o Programa “Viver Ativo”, disseminado por todo o território. Ainda em 2018, Odemira prosseguiu a sua participação ativa na “Rede Portuguesa de Municípios Saudáveis”, composta por 52 Municípios e outras entidades públicas e Instituições.

Na **Ação Social**, o Executivo Municipal continuou a aposta no desenvolvimento social do concelho, promovendo ações concertadas e indutoras de uma atuação efetiva junto de grupos de risco e da população em geral. No cumprimento da sua missão de âmbito social, deu-se continuidade ao atendimento a munícipes com o objetivo de proceder à análise, diagnóstico e encaminhamento dos casos sociais sinalizados no âmbito dos diferentes programas nacionais de apoio mas também municipais - com destaque para o Programa de Apoio ao Arrendamento e Cartão Social Municipal e Programa de Apoio a Estruturas Sociais Desfavorecidas ou Dependentes, concedendo-se apoios atenuantes dos difíceis contextos económico-sociais, num esforço concertado de combate à pobreza e à exclusão social no concelho.

No âmbito da Rede Social, estrutura agregadora e impulsionadora da política social no concelho, há ainda lugar para o financiamento de atividades de promoção e sensibilização de dias alusivos à Deficiência, à Multiculturalidade, à Saúde Mental e ao Combate à Exclusão Social.

Ainda no âmbito da Rede Social, em 2018, prosseguiu a afirmação das Comissões Sociais Interfreguesias (CSIF), como estruturas de grande relevância para o combate da exclusão social e coesão territorial pela sua proximidade às situações problemáticas, mas igualmente pelo princípio da subsidiariedade que lhes assiste.

Em 2018, a aposta na integração da pessoa portadora de deficiência, traduzida na melhoria da sua qualidade de vida e no aumento do seu nível de participação social, cultural e cívica, manteve-se através do apoio financeiro às entidades locais e regionais que acolhem utentes odemirenses, comparticipando cada um em função das respostas sociais de que é beneficiário, como acontece com a APCO, CERCISIAGO e CERCICOA.

Também em 2018, o Município prosseguiu na construção e consolidação de políticas sociais assentes na dinamização de grandes projetos de intervenção comunitário, suportados em redes de trabalho colaborativo, de participação cívica alargada e de governação integrada – por incluírem o Município, mas também um consórcio de entidades públicas e privadas, de que são exemplos o desenvolvimento de atividades no âmbito do Plano Municipal para a Igualdade de Género e do Plano Municipal para a Integração dos Imigrantes e os trabalhos desenvolvidos no âmbito da Comissão Municipal do Idoso.

As preocupações com o envelhecimento ativo, para além dos apoios financeiros específicos no âmbito do Cartão Social Municipal, do Programa “Viver Ativo” e da Comemoração do Dia

Internacional do Idoso, a ser enquadradas por este novo Fórum de discussão – Comissão Municipal do Idoso, que fomentou a elaboração de um diagnóstico exaustivo da população sénior e do mapeamento de recursos existentes – Carta Social do Idoso, documento essencial ao futuro trabalho a realizar.

Em 2018, foram implementadas diversas medidas da candidatura “Odemira Integra +” apresentada e aprovada a fundos comunitários (com o apoio do Alto Comissariado para as Migrações) facilitando pôr em prática o plano municipal – ODEMIRA INTEGRA - visando um acolhimento adequado e a integração efetiva dos grandes fluxos populacionais que afluíram, nos últimos anos ao concelho, debelando os riscos sociais e ambientais de um fenómeno crescente mas pouco conhecido, mas com reflexos evidentes no desenvolvimento económico, na mitigação da diminuição demográfica e na oportunidade que advém da proximidade de culturas.

Ainda em 2018, foi assegurada a continuidade do CLAIM – Centro Local de Apoio à Integração de Migrantes, tendo também como entidade executora a Taipa, CRL, em parceria com 6 empresas locais e o Município. Ainda no âmbito desta parceria, o Município apoiou a distribuição de Cabazes de Natal a famílias carenciadas, na campanha “Aliados no Natal”.

Quanto ao fenómeno da violência doméstica e igualdade de género, em 2018, no âmbito de uma melhor inclusão social nestas áreas estratégicas, desenvolveram-se diversas ações no âmbito da parceria assegurada por protocolo com o governo, a Taipa, CRL e os municípios de Odemira e Aljezur, assegurando assim, a valência instalada em Odemira, do GAV – Gabinete de Apoio à Vitima.

No ano de 2018 continuou o regular funcionamento da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Odemira com o apoio do Município, promovendo o envolvimento da comunidade civil, bem como do Banco Local de Voluntariado, fazendo o encontro entre disponibilidades da sociedade civil para a participação cívica e o desenvolvimento de projetos de intervenção comunitária.

Em 2018, tendo por base o Diagnóstico Social do concelho de 2015, envolvendo todos os parceiros da Rede Social de Odemira, deu-se cumprimento ao Plano de ação do Plano de Desenvolvimento Social (PDS), enquanto ferramentas estruturantes de ação para o biénio 2017/2018, visando a definição de respostas sociais consentâneas com a realidade atual.

Ainda em 2018, foram implementadas as ações do 2º ano aprovadas na proposta de Programa do CLIS – Contrato Local de Inovação e Inclusão Social de Odemira (a executar entre 2017 e 2019).

No âmbito do **Licenciamento e Planeamento Urbanístico**, em 2018, a atividade do Planeamento Urbanístico desenvolveu-se de acordo com o estipulado no Plano de Atividades e Orçamento na prossecução das GOP da responsabilidade do serviço, bem como na análise e enquadramento de processos de obras particulares e planeamento de infraestruturas.

Em 2018, prosseguiu a preparação dos termos de concurso para contratação da revisão da Reserva Ecológica Municipal, e contratação da equipa de desenvolvimento da revisão do PDM, bem como o desenvolvimento dos trabalhos da Comissão da AUGI do “Bairro Viriato” em Vila Nova de Milfontes e concluída a proposta técnica do Plano da AUGI do Brejinho em

Zambujeira do Mar (em processo de registo cadastral), bem como o início dos trabalhos de elaboração do Plano da AFIPR em Vila Nova de Milfontes (atualmente em curso), a implementação do PIER da Herdade do Zorreiro e prosseguiu o desenvolvimento do PIER da Entrada da Barca em Protocolo com a Sociedade Polis do Sudoeste Litoral.

Em 2018 conclui-se a construção da Circular interior/Variante em S.Teotónio e foi executada a requalificação do Largo D. Manuel em Colos, bem como a qualificação da envolvente ao Lar de Relíquias (atualmente em conclusão), projeto da 1ª fase de reconversão da antiga Fábrica da Moagem de Sabóia, e ecovia entre Cruzamento e Almogrove, Parque de estacionamento em Vila Nova de Milfontes e a 2ª fase da Requalificação da zona ribeirinha em Odemira (atualmente em curso).

Também em 2018, com a participação do Município de Odemira, foi dada continuidade à atividade da Sociedade Polis do Litoral Sudoeste com a conclusão de várias ações das intervenções previstas no âmbito do Polis do Litoral Sudoeste, das quais se destacam a qualificação do Parque de estacionamento dos Alteirinhos – 2ª Fase (em curso), a consolidação das arribas da praia de Zambujeira do Mar (Concluído), o lançamento de concursos da 3ª fase de qualificação de Vila Nova de Milfontes e dos acessos na Praia do Almogrove bem como a conclusão dos projetos de eco e ciclovias no concelho de Odemira.

Em Dezembro de 2018, face ao contexto atual da “nova agricultura” no Perímetro de Rega do Mira (com instalação frequente de estruturas cobertas e necessidades massivas de mão de obra, maioritariamente não qualificada e com origem externa) foi formalmente constituído pelo Governo o Grupo de Trabalho do PRMira, incluindo os Municípios de Odemira e Aljezur, CCDR Algarve e Alentejo, ICNF, DGADR, ABM e representantes dos agricultores. A Comissão de Acompanhamento da Revisão cujas sessões de trabalho decorreram ao longo de 90 dias, na CCDR Alentejo e cujo Relatório foi formalmente remetido ao Governo para análise e decisão, quando ao modelo de ocupação do PNSACV, com propostas de limites, restrições e exigências de monitorização, face aos impactos locais e à situação de manifesta insuficiência e deficiência no alojamento dos trabalhadores e nas infraestruturas públicas locais.

Em 2018 prosseguiu o plano de desenvolvimento da plataforma do **SIG municipal** bem como o de tratamento de informação e disponibilização interna.

No **Ambiente** destaca-se a continuação dos investimentos em novas redes de águas e esgotos a populações ainda não servidas, como são os casos do abastecimento de água à zona Nascente de Vila Nova de Milfontes, do abastecimento ao Samoqueiro em Brejão e a continuação dos investimentos e da gestão dos sistemas “em Alta” pela AgdA, SA, para além das atividades regulares de ramais, reparações e prolongamentos de redes, bem como o controlo e reforço da qualidade da água no concelho.

Neste âmbito, destaque-se, que por iniciativa da AgdA, SA estão atualmente em curso importantes investimentos estruturantes no concelho, como são exemplo a nova adução de água a S.Luis com origem na ETA de Longueira/Almogrove (que permitirá a desativação das atuais captações subterrâneas), as novas aduções a Vale Ferro, Relíquias, Colos, S.Martinho das Amoreiras, Aldeia das Amoreiras e Amoreiras Gare, Vale Santiago, MLA e Fornalhas novas, bem como nova adução a Luzianes-Gare (em adjudicação) e a construção da nova ETAR de S.Teotónio (em conclusão).

Em 2018 desenvolveram-se diversas iniciativas municipais de reforço de eficiência hídrica (redução de perdas e fugas na rede e monitorização de consumos extremos), tendo atingido no final de 2018 o objetivo traçado inicialmente de redução de 2,5 %, relativamente ao ano de 2017, neste indicador.

Durante o ano 2018, prosseguiu um conjunto de ações com o objetivo de melhorar a qualidade e o desempenho das tarefas atribuídas, no sentido de contribuir para a garantia da salubridade pública do Concelho, dos quais se destacam a colocação e substituição de contentores de RSU em vários locais e a continuidade do serviço de lavagem dos mesmos (3X/ano) nos principais aglomerados do concelho.

Neste âmbito destaque-se igualmente, em 2018, o processo de implementação do Plano Estratégico de Resíduos candidatado ao PERSU do Portugal 2020, desenvolvido pela AMBILITAL, EIM, que inclui o reforço de ecopontos em todos os concelhos do sistema, e a continuação do programa de reforço da lavagem de contentores da recolha seletiva pela AMBILITAL, EIM, empresa Intermunicipal a que o Município de Odemira preside, e que serve 7 municípios.

Na **Rede Viária e Espaços Públicos**, em 2018, prosseguiu o programa de **beneficiação em diversos caminhos e estradas municipais**, dos quais se destacaram, o reforço na Sinalização horizontal e vertical em diversos caminhos e estradas municipais, as Beneficiações/Conservação do CM552, CM1162-1, EM 503 (Relíquias-Monte da Estrada) e CM1187.

Em 2018 prosseguiu a regular atividade, de **conservação e beneficiação de diversas estradas e caminhos** por administração direta do município e em parceria com as juntas de freguesia e de manutenção e requalificação de valetas, taludes e plataforma da rede de caminhos agrícolas e vicinais.

Prosseguiu também ao longo do ano de 2018 a regular atividade, em parceria com as juntas de freguesia, de manutenção e requalificação de espaços verdes municipais, tendo igualmente prosseguido o plano de **Toponímia e Numeração de Polícia** das freguesias.

Em 2018, prosseguiu o reforço de diversos pontos de **iluminação pública**, implementados pela EDP, a substituição de 1.800 luminárias de Vapor de Mercúrio por luminárias com tecnologia LED e a conclusão do Plano de Ação no âmbito do Estudo de **“Diagnóstico e Estratégia de Eficiência Energética no concelho de Odemira”** (elaborado pelo IST) tendo sido concluído o Estudo de Avaliação da **Eficiência Energética** em diversas instalações municipais, este elaborado pela CIMAL e em conjunto com os restantes Municípios desta Comunidade.

No âmbito da **Atividade Cultural** desenvolvida, manteve-se o nível de oferta cultural proporcionada à população pelo fator de coesão territorial que gera, pelo dinamismo económico que potencia, pela preservação da identidade coletiva que assegura e pelos novos públicos que forma, assumindo-se, nesta perspetiva, como fator de desenvolvimento.

Destacam-se, assim, as múltiplas iniciativas realizadas pelo Movimento Associativo local, cuja atividade cultural foi amplamente apoiada pela Autarquia, revestindo-se este apoio não apenas nos aspetos financeiros, mas igualmente logísticos e técnicos, no âmbito do Programa de Apoio às Atividades Culturais e Recreativas de 2018. Consequentemente, decorreram

centenas de ações promovidas ao longo do ano, entre música, teatro, cinema, dança, artes plásticas, produção literária, banda desenhada, fotografia, tidas como as principais manifestações artísticas a promover como fatores de diferenciação e de promoção de capacidade criativa. No período entre junho e agosto, destacaram-se ainda pelo intenso trabalho desenvolvido, as associações e as comissões de festas locais que, um pouco por todo o concelho, concretizaram as suas iniciativas anuais, com a comemoração dos Santos Populares, a realização de inúmeras festividades nas freguesias, Encontros de grupos corais, entre outros, com o apoio do Município.

No âmbito da iniciativa municipal, é de referir a realização de diversos eventos de relevância nacional, donde se destacam as comemorações do 43º aniversário do 25 de Abril em Odemira, tendo ocorrido a sua celebração com um amplo leque de atividades culturais (teatro, artes plásticas, música, literatura, cante alentejano, folclore, desporto) exaltando-se e renovando-se, ao mais alto nível, os valores da democracia. Igualmente com dimensão nacional, são ainda de mencionar o Concurso de Banda Desenhada, incentivadora de novos valores e promotora deste género artístico e literário, associada a um conjunto de outras iniciativas congéneres e aglutinadas no Programa BDTEca, o Festival Sete Sóis, Sete Luas, fomentador da música popular mediterrânea e o festival TASS JAZZ, dedicado a públicos mais exigentes musicalmente.

De referir ainda, a Comemoração do Feriado Municipal que incluiu, a 8 de setembro de 2018, uma sessão solene com entrega de prémios de mérito municipal a quem se destacou no ano anterior, nas áreas do desporto, cultura, desenvolvimento económico e cidadania. Esta iniciativa decorreu simultaneamente às festividades da patrona do concelho – Nª Srª da Piedade e atraiu milhares de visitantes a Odemira.

Ainda no que concerne às principais atividades culturais desenvolvidas importa destacar, em 2018, o Festival de Marchas Populares de Odemira, forte iniciativa que espelha o empreendedorismo associativo, facilitador do convívio intergeracional, da promoção das tradições associadas aos Santos Populares e que permitiu a ampla dinamização de nove localidades do concelho, ao longo de todo o mês de junho.

Também a preocupação com o Património Histórico e Cultural continuou a ser uma prioridade, assinalado em dois momentos distintos ao longo do ano: Jornadas Europeias do Património e Comemoração dos Sítios e dos Monumentos, “Reavivando Memórias” - tertúlia entre os principais atores vivos de lugares de referência no concelho.

Em 2018, o Município apoiou a criação do “Centro de Valorização da Viola Campaniça e Cante ao Despique”, em S. Martinho das Amoreiras e adquiriu um imóvel com vista à musealização e centro de aprendizagem destas artes tradicionais.

Importa destacar ainda, no âmbito da produção e promoção de atividades culturais de responsabilidade municipal, o qualificado programa cultural do Cineteatro Camacho Costa (sendo de referir o esforço em proporcionar, assim que disponibilizados no mercado nacional, as principais novidades cinematográficas) e da Biblioteca Municipal José Saramago (relativo à promoção da literacia e da leitura), por onde passaram milhares de munícipes e visitantes do concelho em 2018.

No âmbito do apoio continuado às estruturas produtoras de cultura do Concelho, é ainda de destacar o apoio financeiro, mobilidade e parcerias específicas de promoção das artes de palco e das artes plásticas concedidas, designadamente à Sopa de Artistas, Cultivamos Cultura e Escola de Artes do Alentejo Litoral ou com entidades de reinserção, como é o caso do Estabelecimento Prisional de Odemira, em que a Biblioteca assegura atividades promotoras da leitura.

No Domínio da **Promoção e Dinamização da Atividade Económica Local**, destacam-se a acção do atendimento descentralizado - Projeto “BU Kiosk” (em Sabóia, S.Teotónio, Colos e Vila Nova de Milfontes), com o objetivo de melhorar o serviço prestado aos promotores de atividades económicas e outros serviços municipais no concelho de Odemira, a parceria com o IEFP, relativa à logística e funcionamento do GIP – Gabinete de Inserção Profissional de Odemira, a Bolsa de Emprego, a Rede de Fomento do Empreendedorismo do Baixo Alentejo e do Alentejo Litoral (Protocolo c/ IPB, ADRAL e Sines Tecnopolo), a divulgação e apoio a candidaturas dos Incentivos PRODER – ADL e ESDIME, o apoio à DECO, o apoio logístico e parcerias com a Associação de Pescadores e Moradores da Azenha do Mar, Casas Brancas, Rota Vicentina, bem como o apoio e fomento de diversas atividades formativas.

Em 2018, com base no Programa “CREARP” – Centro de Recursos Endógenos, da Atividade Rural e Pesca, projeto que visa a dinamização de valorização dos produtos endógenos do mundo rural e dos produtos do Mar, em parceria com a Associação de Produtores de bebidas de Medronho – “Arbutus”, prosseguiu a promoção e dinamização da marca “Medronho do Sudoeste” em diversos certames e iniciativas locais e regionais.

Ainda em 2018, prosseguiram os estudos prévios dos projetos de ninho de empresas em S.Teotónio (em concurso), Sabóia e Colos (frente ao espaço da Feira de S.João), com o objetivo de criar condições naquelas localidades para acolher iniciativas empresariais.

Ainda no apoio e promoção à atividade económica e empreendedorismo destacamos em 2018 a dinamização do programa “Odemira Empreende” (premiado em 2017 pelo IAPMEI), no seu 3º ano de vigência, composto de medidas de apoio e incentivo à atividade económica local, ao incremento de iniciativas empresariais, ao reconhecimento da inovação e empreendedorismo, e à criação de emprego, no apoio ao acesso a candidaturas e financiamentos e à realização de Feiras e Certames Locais.

Em 2018 concretizaram-se ainda importantes realizações no domínio económico, tal como a realização de diversos benefícios de valorização dos Portinhos de Pesca (concluído), na concretização das infraestruturas de apoio náutico na barragem de Santa Clara (concluída a 1ª Fase), no desenvolvimento da “Estratégia de Valorização do Rio Mira – Da Barragem à Foz” e no desenvolvimento do projeto de modernização do Mercado de Odemira.

Em 2018 prosseguiram as iniciativas promocionais de captação de investimento nas energias renováveis, a promoção do concelho e da oferta turística (melhores praias, gastronomia, rotas pedestres e cicláveis, Surf, Stª Clara, produtos endógenos, entre outras).

Ainda na promoção, destacam-se em 2018, as dinâmicas produzidas a partir dos Postos de Turismo do concelho e a dinamização do comércio local, de que são exemplo a dinamização do mercado municipal, as visitas turísticas, as semanas gastronómicas, e diversos Colóquios, Workshops e sessões de esclarecimento relacionadas com assuntos de interesse para o tecido empresarial.

Também em 2018, decorreu mais uma edição da FACECO – Feira de Atividades Culturais e Económicas do Concelho de Odemira que se realiza anualmente em S. Teotónio e que em 2018 teve a duração de 3 dias, apresentando um elevado nível cultural, tendo sido visitada por mais de 30.000 visitantes. Destaque também para a 6ª edição da Feira da Caça Maior e Pesca Desportiva, ambos os eventos em S. Teotónio, e dos apoios prestados à realização das tradicionais Festas e Feira de Amoreiras Gare, da Feira de S. João em Colos, da Feira das Tasquinhas em S. Luis e da FACES em Sabóia.

O setor do **Turismo** continuou a ter como principais objetivos, o planeamento e execução de ações que visam a promoção turística do Concelho de Odemira a nível interno. A articulação e cooperação com organismos oficiais com intervenção direta na área do turismo e, com as organizações representativas dos agentes económicos do setor, constituíram-se como oportunidades para a divulgação territorial a nível nacional e internacional bem como a realização de ações de formação de ativos do setor, contribuindo assim para a melhoria da oferta.

Com o objetivo de alargar o conhecimento das potencialidades turísticas do território, foi garantida a presença em certames, feiras e eventos junto dos públicos-alvo. Odemira esteve presente na BTL - Bolsa de Turismo de Lisboa, através da Entidade Regional de Turismo do Alentejo (ERT Alentejo e Lezíria), onde divulgámos aos visitantes a oferta turística do Concelho e da Região.

Neste âmbito, destaca-se o continuado sucesso da Rota Vicentina, que em 2017 iniciou a sua expansão de Rotas para o interior do concelho (que prosseguiu em 2018), projeto apoiado pelo Alentejo 2020 e cofinanciado pelo município de Odemira, bem como a Feitur - Feira Nacional de Turismo em Vila Nova de Milfontes, que merecem especial destaque como iniciativas de grande impacto promocional e de negócio.

Ainda em 2018, O Município de Odemira participou ativamente em diversos fóruns realizados pela ERT do Alentejo e Lezíria com o objetivo de contribuir para a elaboração da Estratégia Nacional e Regional de Turismo – Portugal 2027 e do Plano Regional de Turismo do Alentejo 2027.

No **Desporto e Tempos Livres** deu-se continuidade às linhas de orientação nesta área, consolidando-se as dinâmicas existentes. Durante este ano todas as iniciativas propostas no Plano de Atividades foram concretizadas.

Destaque para mais um ano do Projeto Municipal de Desporto Escolar que abrange a quase totalidade das escolas dos 2º e 3º ciclos e que registou uma participação de alunos muito significativa, tendo decorrido a realização de diversos encontros de atividades ao longo do ano.

Neste âmbito, continuaram a marcar pela diferença nesta área três dos principais eventos: “As Brisas do Atlântico”, o “Circuito Vila de Odemira integrando a Corrida da Saúde” e o “Cross dos Cavaleiros” eventos que continuam a ser uma referência a nível regional e mesmo nacional.

Em 2018, prosseguiram os Programas “Viver Ativo” e “Caminhadas”, com o propósito de melhorar e aumentar as condições de acesso da população à prática da atividade física e à promoção de uma vida saudável, melhoria da saúde individual e qualidade de vida.

Em 2018, concederam-se importantes apoios e foram estabelecidas parcerias com as coletividades com escalões de formação nas modalidades de Canoagem, Andebol e Futebol, proporcionando a aquisição de viaturas (2016, 2017 e 2018) e material desportivo e renovação das infraestruturas de prática desportiva, tendo prosseguido a intervenção regular ao nível da gestão e conservação dos equipamentos Desportivos Municipais, bem como a colaboração na realização de atividades organizadas por outras entidades.

No ano de 2018 foram atribuídos aos clubes e coletividades que promovem atividades desportivas as participações financeiras, quer para apoio à manutenção e criação de modalidades desportivas e organização de eventos desportivos, quer para a realização de obras de construção, melhoramentos e beneficiações em sedes sociais e instalações desportivas e aquisição de equipamentos diversos.

Para além dos apoios financeiros, deve ser salientado o grande apoio prestado a nível da cedência de transportes, de apoio técnico e de atribuição de troféus para iniciativas desportivas.

Contratos de Financiamento

Em 2018, prosseguiu o normal desenvolvimento de projetos, concursos e execução de ações previstas e aprovadas no âmbito de candidaturas ao Portugal2020.

Em 2018 continuaram por abrir a concurso algumas Prioridades de Investimento assinadas no Pacto do Alentejo Litoral, designadamente em matérias de Eficiência energética, investimentos em equipamentos Sociais e Inclusão Social, inviabilizando assim uma maior execução do Pacto Regional. Mesmo neste contexto, Odemira apresenta uma execução e ações em curso e concurso de 4,0 M€, para um valor global atribuído de 4,9 M€ (montante FEDER).

Em 2018 foram executados e estão em curso (concurso e obra) um total de 1,8 M€, financiados a 85% com base no Contrato PEDU – Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano, comprometido com o Alentejo2020, com uma dotação financeira total para Odemira de 6,5 Milhões de euros de investimento global, (incluindo a majoração resultante do “acelerador de execução” em 10%), correspondendo a 50% do total contratado em 2016.

Em 2018, foi aprovada a candidatura apresentada ao POSEUR – Pequenos Sistemas de águas e Esgotos “em Baixa”, cujas obras decorrem, num valor global de 2,6 M€, incluindo o tratamento da qualidade da água e esgotos em pequenos sistemas de gestão municipal (sistemas de águas de Casa Nova da Cruz a partir de S.Teotónio e de Foros dos Vales) – todos cofinanciados pelo POSEUR).

Parcerias e Participações

Em 2018, tal como desde 2001, foram estabelecidos Acordos de Colaboração na Execução de Atribuições e Competências Municipais e Acordos de Colaboração para a realização de pequenos investimentos, com todas as Juntas de Freguesia do Concelho, que por determinação da Lei 73/2013 assumem a forma de Contratos Interadministrativos entre o Município de Odemira e as Juntas de Freguesia, tendo sido estabelecidos com todas as Freguesias locais.

No que respeita às parcerias com entidades diversas, foi continuado o trabalho iniciado em anos anteriores com as Instituições Particulares de Solidariedade Social, com Associações de Desenvolvimento Local, com as Escolas, com Associações Desportivas, Recreativas ou de Lazer, com entidades institucionais públicas da Saúde, da Assistência Social, da Formação, da Educação/Ensino em matérias da sua competência e de manifesto interesse público.

Com a iniciativa do município, participação e/ou liderança continuámos a trabalhar em parceria para a prossecução de projetos de dimensão municipal, regional e nacional, destacando-se: Polis do Litoral Sudoeste (em curso), Águas “em Alta” da Região do Alentejo Litoral e Baixo Alentejo (em curso), Gestão dos Resíduos do Litoral Alentejano incluindo Aljustrel e Ferreira do Alentejo (em curso), Entidade Regional de Turismo do Alentejo (ERT) e Comunidade Intermunicipal do Alentejo Litoral (CIMAL).

Neste âmbito, a AgdA, SA lançou em 2018, a concurso diversas obras que integram o Plano de Investimentos de responsabilidades do serviço em “Alta” da AgdA - Águas Públicas do Alentejo, SA, estando no presente, em curso, a execução da obra da nova ETAR de S.Teotónio, a adução de água ao MLA, a Fornalhas Velhas, Vale Santiago, Colos, Vale Ferro, Relíquias, S.Martinho, Amoreias-Gare e Aldeia das Amoreiras, bem como a nova adução de água a S.Luís. Também em 2018, foi lançado a concurso (pela 2ª vez – após concurso deserto) a obra da nova adução a Luzianes-Gare a partir de Santa Clara.

Em 2018, prosseguiu a atividade de execução do Programa Polis Litoral Sudoeste iniciando-se a sua liquidação em 1 Jan de 2017, pelo período de três anos, ou seja, até final de 2019, permitindo assim concluir a execução de diversas ações ainda em curso e em concurso.

Em 2018, o Município de Odemira manteve o seu capital social na Sociedade Polis, totalizando o valor de 3.136.000,00 Euros no final do ano.

Considerações Finais

Face à clareza dos números e indicadores analíticos, níveis e clareza das execuções do PAM e PPI, esta parte do relatório incidiu na análise política própria e não a uma análise técnica de índole económica e financeira relativa às realizações função a função, programa a programa, ação a ação, pois tal representaria uma duplicação de análise em face da forma que o POICAL introduziu na apresentação das contas.

Neste contexto, pela nossa apreciação, o ano de 2018 recebe um balanço muito positivo, muito em especial, pelas obras e ações de planeamento e estímulo à economia em curso, pelos eventos realizados e pela execução das candidaturas apresentadas aos Fundos Comunitários e financiamentos aprovados com base na estratégia de desenvolvimento Intermunicipal e nas Estratégias Temáticas, apresentadas ao Portugal 2020, aos quais estão associadas importantes investimentos ao nível do Parque Escolar, da Regeneração Urbana, da Eficiência Energética e Hídrica, de novas respostas Sociais e Culturais, nas infraestruturas de Abastecimento de Água e Saneamento, e das estruturas de apoio à atividade empresarial e à promoção do Empreendedorismo.

Os investimentos em obras concluídas e lançadas, as múltiplas ações de diversos âmbitos realizadas ao longo do ano, o acréscimo de qualidade e eficiência nos vários serviços prestados, e o notório acréscimo nos níveis de qualidade de vida local, manifestados entre outros indicadores pela evidência dos dados do INE sobre o Poder de Compra no concelho de Odemira que “duplicou nos últimos 20 anos” e os dados do desemprego que em 31 de Dezembro último, atingiram o valor mais baixo de sempre com 7,1%, ou seja, abaixo da média nacional, permitem-nos concluir que o caminho trilhado estimula e contribui para o desenvolvimento local e acréscimo de qualidade de vida dos Odemirenses, praticando uma gestão equilibrada.

Em 2018 Procedemos a um vasto e diversificado conjunto de ações no concelho de Odemira, com uma relevante qualidade e vivência Municipal, sendo alguns acontecimentos de dimensão regional e nacional, que pretendemos dar continuidade em 2019.

Agradecemos humildemente a todos os Autarcas, Funcionários, Colaboradores, Voluntários e membros de Associações, Governo e Instituições da Administração Central, bem como a Fornecedores e Empreiteiros, que direta e indiretamente contribuíram para as atividades do Município de Odemira no ano de 2018.

O Presidente da Câmara Municipal

José Alberto Guerreiro

4 – Execução Orçamental

Evolução Receita/Despesa	2015	2016	2017	2018	Δ (2018 / 2017)	Δ (2018 / média 2015 a 2017)
Receita Total	26.426.049,55 €	28.940.826,92 €	27.896.828,42 €	28.492.884,41 €	2,1%	2,7%
Receita Corrente	24.096.017,12 €	24.670.983,09 €	25.513.635,11 €	25.947.361,76 €	1,7%	4,8%
Receita de Capital	2.329.129,63 €	4.268.445,34 €	2.383.002,29 €	2.532.940,70 €	6,3%	-15,4%
Outras Receitas	902,80 €	1.398,49 €	191,02 €	12.581,95 €	6486,7%	1414,5%
Despesa Total	27.456.217,96 €	27.939.710,41 €	27.492.142,04 €	29.038.882,42 €	5,6%	5,1%
Despesa Corrente	19.867.400,10 €	20.328.995,68 €	21.206.551,43 €	22.435.425,23 €	5,8%	9,6%
Despesa de Capital	7.588.817,86 €	7.610.714,73 €	6.285.590,61 €	6.603.457,19 €	5,1%	-7,8%

A análise do quadro acima permite-nos verificar, em 2018, um aumento (2,1%) dos níveis de execução orçamental da receita relativamente ao ano transato. A comparação com a média dos 3 anos imediatamente anteriores (2017, 2016 e 2015) permite-nos aferir um incremento (na ordem dos 2,7%), verificando-se um acréscimo de arrecadação de receita corrente ao longo do quadriénio. O ano de 2018 apresenta, inclusivamente, a maior execução orçamental de receita corrente dos anos elencados.

Ao nível da despesa pode constatar-se, igualmente, um aumento de execução (5,6%) relativamente a 2017. A comparação relativamente aos 3 anos anteriores permite-nos aferir um incremento médio na ordem dos 5,1%. O ano de 2018 apresenta a maior execução orçamental de despesa corrente dos anos elencados.

Em termos globais, as receitas arrecadadas em 2018 foram inferiores em cerca de 546.000€ às despesas pagas, registando-se um saldo de capital negativo na ordem dos 4.071.000€ e um saldo corrente positivo na ordem dos 3.512.000€.

4.1 – Modificações ao Orçamento Inicial

Ao longo do ano o orçamento foi objeto de 12 modificações. A receita sofreu 2 revisões e 1 alteração, sendo a despesa alvo de 4 revisões e 8 alterações. O Plano Plurianual de Investimentos sofreu 7 alterações e 4 revisões, enquanto o Plano de Atividades Municipal foi objeto de 10 alterações e 2 revisões.

4.2 – Resumo da Execução Orçamental

O quadro seguinte apresenta um resumo da execução orçamental por capítulo da receita e da despesa em 2018 e no ano transato, bem como, as dotações inicialmente previstas, as dotações finais (corrigidas) e o peso estrutural da execução de cada um dos capítulos.

Receitas	Dotação Inicial	Dotação Corrigida	Execução em 2018	Estrutura da Execução Global	Execução em 2017	Estrutura da Execução Global
Receitas Totais	32.610.000,00 €	36.403.703,95 €	28.492.884,41 €	100,0%	27.896.828,42 €	100,0%
Receitas Correntes	26.010.000,00 €	26.071.000,00 €	25.947.361,76 €	91,1%	25.513.635,11 €	91,5%
01 Impostos Diretos	5.514.000,00 €	5.514.000,00 €	5.870.932,98 €	20,6%	5.592.306,84 €	20,0%
02 Impostos Indiretos	233.000,00 €	233.000,00 €	123.267,86 €	0,4%	67.368,47 €	0,2%
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	428.000,00 €	428.000,00 €	514.540,62 €	1,8%	499.659,13 €	1,8%
05 Rendimentos de Propriedade	1.672.000,00 €	1.672.000,00 €	1.292.927,25 €	4,5%	1.404.984,90 €	5,0%
06 Transferências Correntes	14.481.000,00 €	14.542.000,00 €	14.026.847,24 €	49,2%	13.996.098,20 €	50,2%
07 Venda de bens e serviços correntes	3.679.000,00 €	3.679.000,00 €	4.090.893,57 €	14,4%	3.950.411,50 €	14,2%
08 Outras Receitas Correntes	3.000,00 €	3.000,00 €	27.952,24 €	0,1%	2.806,07 €	0,01%
Receitas de Capital	6.600.000,00 €	6.807.000,00 €	2.532.940,70 €	8,9%	2.383.002,29 €	8,5%
09 Venda de Bens de Investimento	10.000,00 €	10.000,00 €	33.161,40 €	0,1%		
10 Transferências de Capital	6.585.000,00 €	6.793.000,00 €	2.497.036,26 €	8,8%	2.379.965,26 €	8,5%
13 Outras Receitas de Capital	5.000,00 €	4.000,00 €	2.743,04 €	0,01%	3.037,03 €	0,01%
Outras receitas	- €	3.525.703,95 €	12.581,95 €	0,04%	191,02 €	0,001%
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos		1.000,00 €	12.581,95 €	0,04%	191,02 €	0,001%
16 Saldo da Gerência Anterior		3.524.703,95 €				
Despesas						
Despesas Totais	32.610.000,00 €	36.403.703,95 €	29.038.882,42 €	100,0%	27.492.142,04 €	100,0%
Despesas Correntes	21.934.000,00 €	25.008.703,95 €	22.435.425,23 €	77,3%	21.206.551,43 €	77,1%
01 Despesas com Pessoal	8.857.000,00 €	9.175.600,00 €	8.817.939,90 €	30,4%	8.393.876,21 €	30,5%
02 Aquisição de Bens e Serviços	9.106.500,00 €	11.511.800,00 €	9.490.588,76 €	32,7%	8.714.093,46 €	31,7%
03 Juros e Outros Encargos	27.000,00 €	27.000,00 €	20.158,33 €	0,1%	25.523,00 €	0,1%
04 Transferências Correntes	3.400.000,00 €	3.947.150,00 €	3.806.433,72 €	13,1%	3.613.889,76 €	13,1%
06 Outras Despesas Correntes	543.500,00 €	347.153,95 €	300.304,52 €	1,0%	459.169,00 €	1,7%
Despesas de Capital	10.676.000,00 €	11.395.000,00 €	6.603.457,19 €	22,7%	6.285.590,61 €	22,9%
07 Aquisição de Bens de Capital	7.888.000,00 €	8.306.500,00 €	3.769.413,76 €	13,0%	3.593.489,43 €	13,1%
08 Transferências de Capital	1.395.000,00 €	1.744.000,00 €	1.555.980,91 €	5,4%	1.307.310,66 €	4,8%
09 Ativos Financeiros	193.000,00 €	144.500,00 €	144.101,25 €	0,5%	192.135,00 €	0,7%
10 Passivos Financeiros	1.200.000,00 €	1.200.000,00 €	1.133.961,27 €	3,9%	1.192.655,52 €	4,3%

4.3 – Execução da Receita

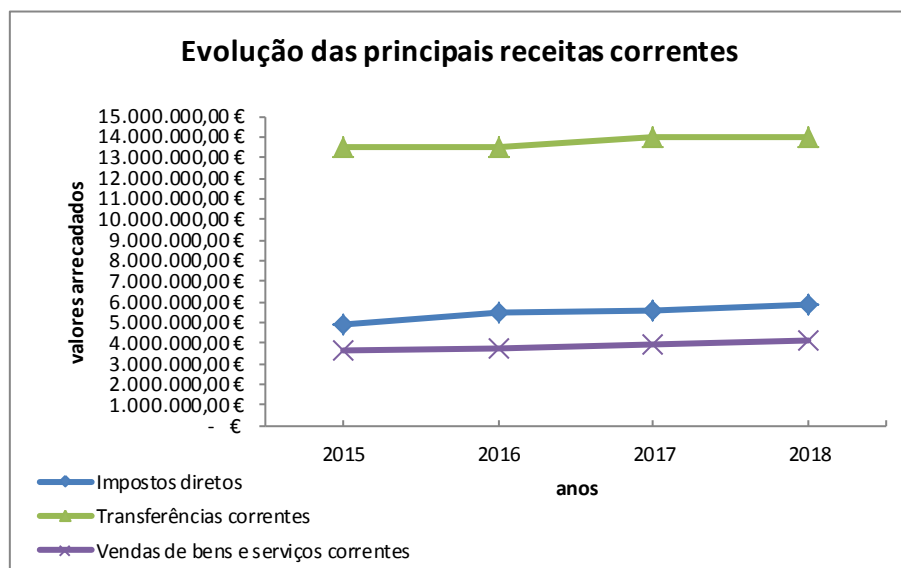
Receitas Correntes	2015	2016	2017	2018	Δ (2018 / 2017)	Δ (2018 / média 2015 a 2017)
Impostos diretos	4.871.348,72 €	5.528.375,51 €	5.592.306,84 €	5.870.932,98 €	5,0%	10,1%
Impostos indiretos	122.878,47 €	82.161,59 €	67.368,47 €	123.267,86 €	83,0%	35,8%
Taxas, multas e outras penalidades	383.834,47 €	357.116,79 €	499.659,13 €	514.540,62 €	3,0%	24,4%
Rendimentos de propriedade	1.268.530,19 €	1.266.035,65 €	1.404.984,90 €	1.292.927,25 €	-8,0%	-1,5%
Transferências correntes	13.527.387,76 €	13.534.066,71 €	13.996.098,20 €	14.026.847,24 €	0,2%	2,5%
Vendas de bens e serviços correntes	3.672.846,36 €	3.772.472,39 €	3.950.411,50 €	4.090.893,57 €	3,6%	7,7%
Outras receitas correntes	249.191,15 €	130.754,45 €	2.806,07 €	27.952,24 €	896,1%	-78,1%
Total	24.096.017,12 €	24.670.983,09 €	25.513.635,11 €	25.947.361,76 €	1,7%	4,8%

A receita corrente arrecadada em 2018 apresenta um acréscimo relativamente ao ano anterior (1,7%), registando uma execução acima da média dos 3 anos anteriores (4,8%).

Tal só foi possível devido ao aumento da arrecadação das principais receitas correntes ao longo do quadriénio:

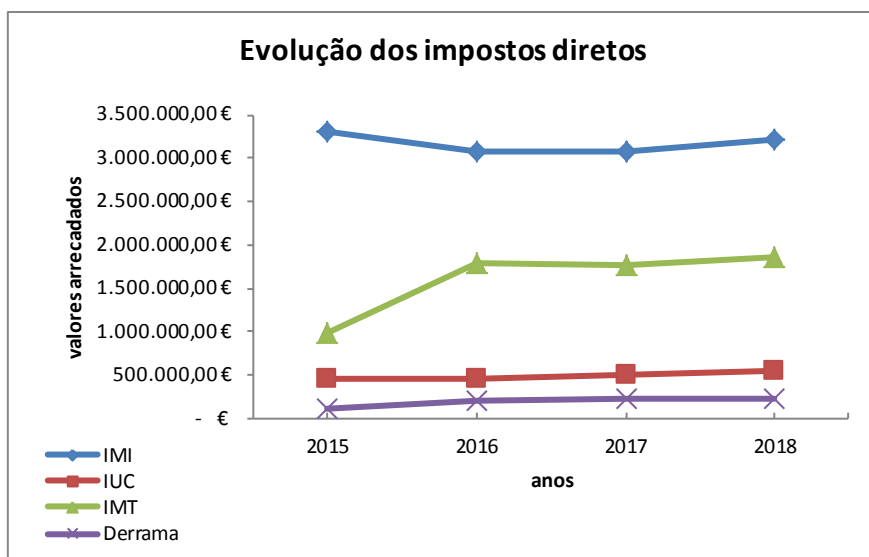
- Transferências correntes, assente no incremento do fundo de equilíbrio financeiro (FEF) corrente;
- Impostos diretos;
- Venda de bens e serviços correntes.

O gráfico abaixo permite-nos verificar o comportamento registado.

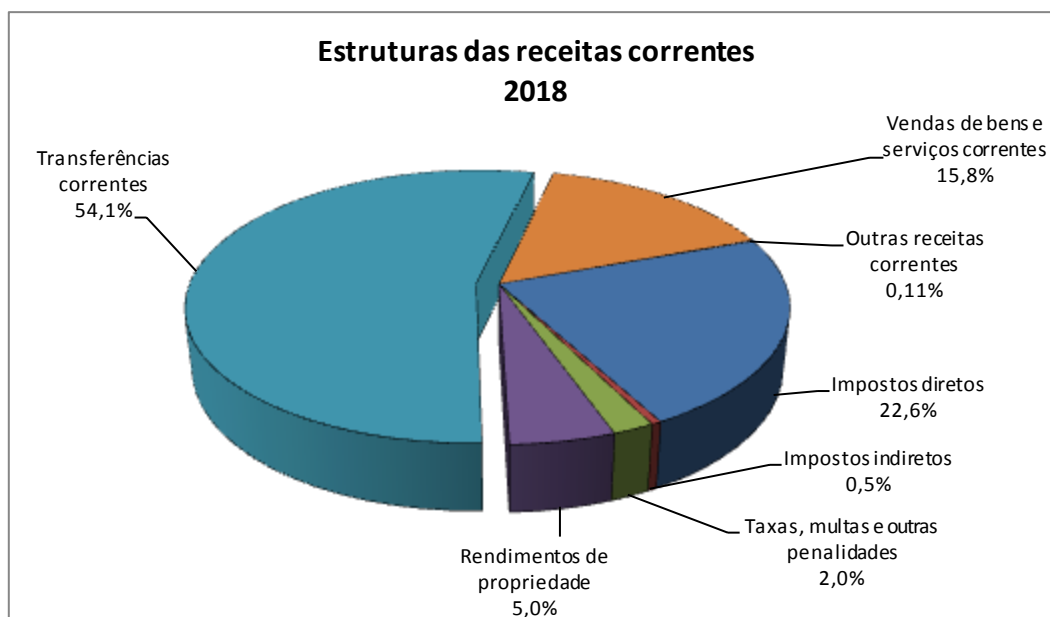


As receitas próprias correntes registaram uma cobrança superior à média do triénio anterior (7,6%), apresentando um acréscimo na ordem dos 400.000€ relativamente ao ano transato.

O gráfico seguinte permite-nos observar a evolução dos impostos diretos ao longo do quadriénio. Conforme se pode verificar, apesar das isenções constantes dos Orçamentos do Estado de 2016, 2017 e 2018, o IMI recuperou a tendência de crescimento exibida após a reavaliação geral dos prédios urbanos promovida pelo Estado, apresentando arrecadações anuais superiores a 3.000.000€. Pode também constatar-se, desde 2016, uma arrecadação de IMT na ordem dos 1.800.000€ anuais.



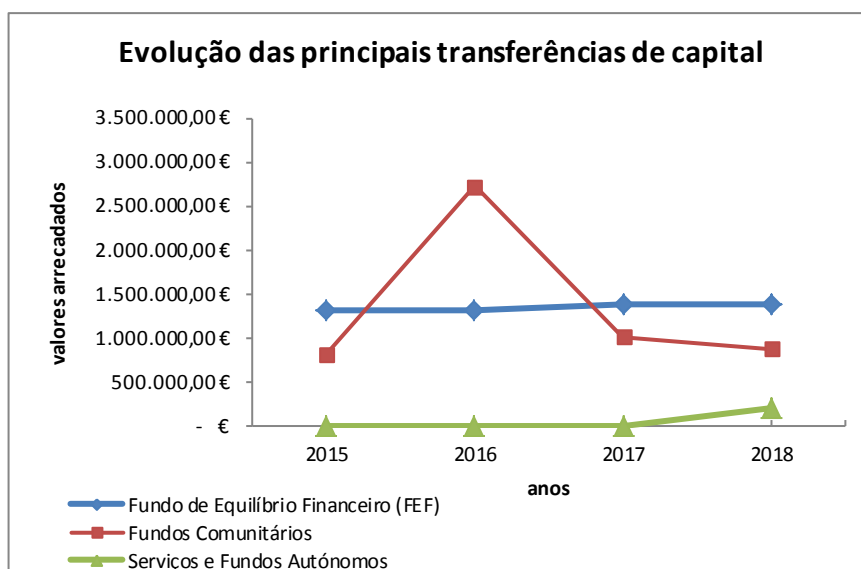
Não obstante a melhoria registada na arrecadação de receita própria, o gráfico seguinte dá-nos a noção da dependência que o Município continua a ter relativamente ao Orçamento do Estado no que se refere ao financiamento da sua gestão corrente, com as transferências a representarem 54,1% do valor arrecadado.



Receitas de Capital	2015	2016	2017	2018	Δ (2018 / 2017)	Δ (2018 / média 2015 a 2017)
Vendas de bens de investimento	6.300,00 €	14.175,44 €	- €	33.161,40 €		385,9%
Transferências de Capital	2.310.916,34 €	4.085.391,07 €	2.379.965,26 €	2.497.036,26 €	4,9%	-14,6%
Outras receitas de capital	11.913,29 €	168.878,83 €	3.037,03 €	2.743,04 €	-9,7%	-95,5%
Total	2.329.129,63 €	4.268.445,34 €	2.383.002,29 €	2.532.940,70 €	6,3%	-15,4%

A receita de capital arrecadada em 2018 registou um acréscimo (6,3%) quando comparada com o ano transato.

Conforme se constata, e tendo em conta uma maior arrecadação de transferências de capital provenientes de Fundos Comunitários em 2016 (conforme se pode verificar pela análise do gráfico seguinte), o ano de 2018 apresenta uma execução inferior à média dos 3 anos anteriores (15,4%).



Note-se, no entanto, que apesar de não relevadas nas contas, conforme orientações da DGAL no sentido do reconhecimento dos montantes a receber apenas aquando da autorização dos pedidos de pagamento efetuados aos organismos gestores, no final de 2018 encontravam-se por receber verbas, de obra já executada, na ordem dos 1.450.000€. Essas verbas são relativas a candidaturas a fundos comunitários descritos no quadro seguinte:

ENTIDADE	PROTOCOLO/ACORDO/CANDIDATURA	MONTANTE A RECEBER
INALENTEJO	REDE VIÁRIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ODEMIRA - 3ª FASE	1.086.445,72 €
ALENTEJO2020	ITI - Centro Escolar de S. Teotónio	148.375,28 €
ALENTEJO2020	ITI - ODETE - Odemira Território Educativo	9.436,14 €
ALENTEJO2020	PEDU - Dotação de passeios e vias pedonais dedicadas na Vila de Odemira	9.388,28 €
ALENTEJO2020	PEDU - Dotação de passeios e vias pedonais dedicadas em S. Teotónio	9.216,71 €
ALENTEJO2020	PEDU - Dotação de passeios e vias pedonais dedicadas em Longueira/Almograve	6.752,63 €
ALENTEJO2020	PEDU - Requalificação do Núcleo Antigo de Colos	100.131,70 €
POSEUR	Ampliação do sistema de abastecimento de água de Campo Redondo - Foros dos Vales	8.962,60 €
POSEUR	Ampliação do sistema de abastecimento de água de São Teotónio - Casa Nova da Cruz	55.296,50 €
POSEUR	Ampliação do sistema de drenagem de águas residuais do Castelão - Troviscais	13.332,67 €

Em termos estruturais, o Município registou receitas próprias (de capital) bastante reduzidas dependendo de financiamentos comunitários e estatais para a implementação das suas políticas de investimento, conforme se pode verificar no gráfico infra.

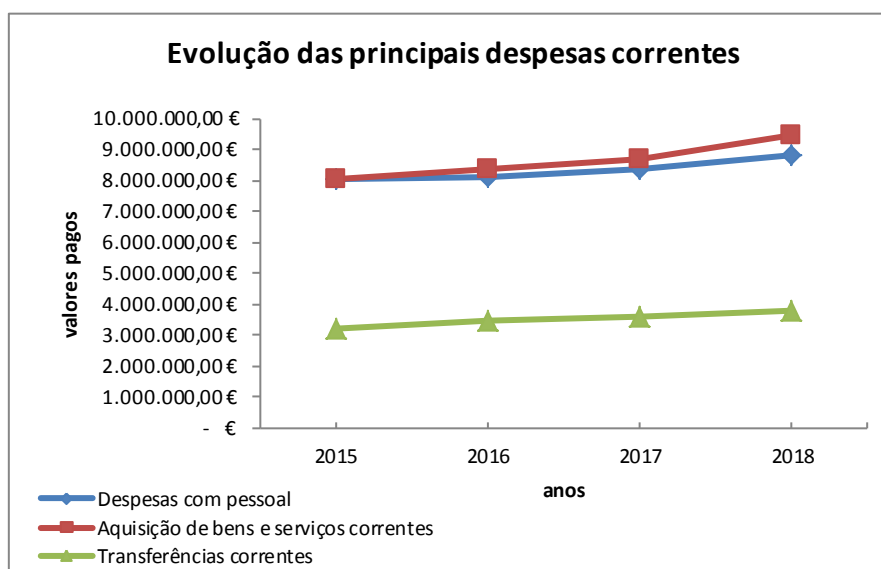


4.4 – Execução da Despesa

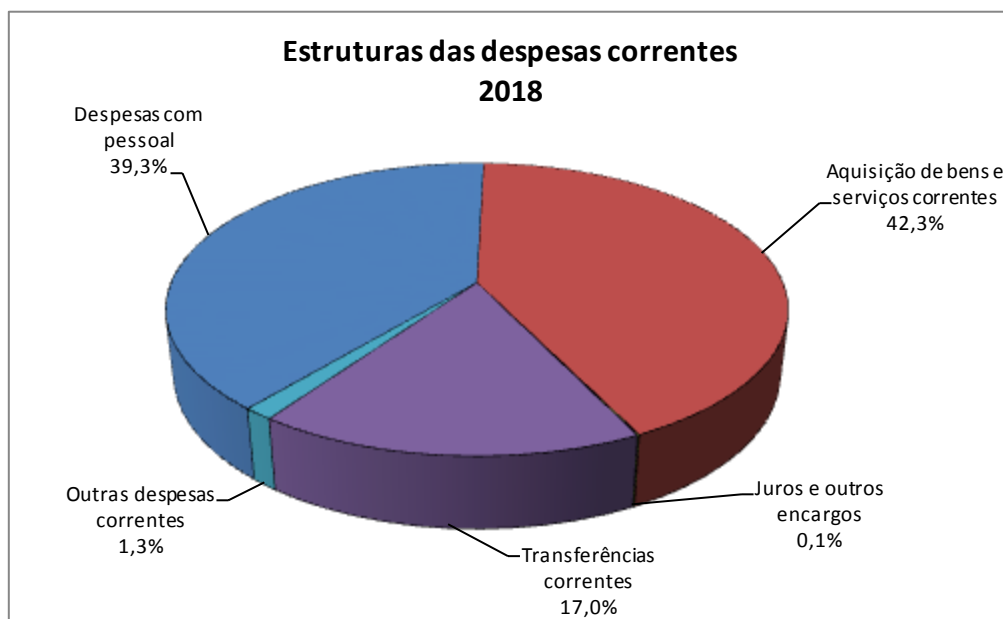
Despesas Correntes	2015	2016	2017	2018	Δ (2018 / 2017)	Δ (2018 / média 2015 a 2017)
Despesas com pessoal	8.063.071,11 €	8.120.292,94 €	8.393.876,21 €	8.817.939,90 €	5,1%	7,6%
Aquisição de bens e serviços correntes	8.023.568,56 €	8.374.105,78 €	8.714.093,46 €	9.490.588,76 €	8,9%	13,4%
Juros e outros encargos	63.846,27 €	37.525,26 €	25.523,00 €	20.158,33 €	-21,0%	-52,3%
Transferências correntes	3.178.793,18 €	3.489.272,36 €	3.613.889,76 €	3.806.433,72 €	5,3%	11,1%
Outras despesas correntes	538.120,98 €	307.799,34 €	459.169,00 €	300.304,52 €	-34,6%	-31,0%
Total	19.867.400,10 €	20.328.995,68 €	21.206.551,43 €	22.435.425,23 €	5,8%	9,6%

A despesa corrente executada em 2018 registou um acréscimo (5,8%) quando comparada com o ano anterior. Relativamente à comparação com a média do triénio anterior, regista-se um acréscimo na ordem dos 9,6%, com especial relevância para a aquisição de bens e serviços.

O gráfico seguinte dá-nos a evolução das principais despesas correntes.



Em 2018, em termos estruturais, as despesas com pessoal representaram 39,3% da execução orçamental corrente, representando a aquisição de bens e serviços 42,3% dessa execução, e as transferências 17,0%, conforme se infere do gráfico abaixo.



Uma análise mais pormenorizada às despesas com pessoal permite-nos constatar um acréscimo relativamente a 2017 e à média dos 3 anos anteriores.

Despesas com Pessoal	2015	2016	2017	2018	Δ (2018 / 2017)	Δ (2018 / média 2015 a 2017)
Vencimentos base	5.466.172,15 €	5.491.350,31 €	5.652.955,25 €	5.918.686,04 €	4,7%	6,9%
Subsídio de refeição	410.607,47 €	404.899,69 €	456.051,67 €	480.458,20 €	5,4%	13,4%
Ajudas de custo, Horas extra. e Outros abonos	454.923,77 €	466.029,75 €	510.135,27 €	594.749,47 €	16,6%	24,7%
Segurança Social (incluindo CGA)	1.359.518,69 €	1.368.725,52 €	1.410.960,48 €	1.490.047,88 €	5,6%	8,0%
Despesas de Saúde	272.733,94 €	292.099,93 €	270.297,49 €	253.476,20 €	-6,2%	-8,9%
Outras	99.115,09 €	97.187,74 €	93.476,05 €	80.522,11 €	-13,9%	-16,6%
Total	8.063.071,11 €	8.120.292,94 €	8.393.876,21 €	8.817.939,90 €	5,1%	7,6%

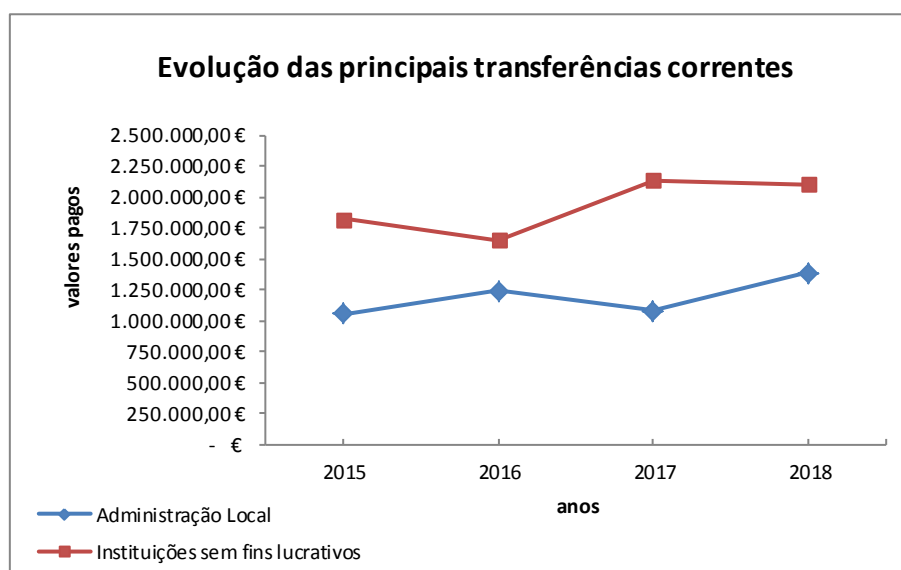
O quadro seguinte transmite-nos a evolução ocorrida ao nível das principais classificações económicas da aquisição de bens e serviços correntes.

Despesas com a Aquisição de Bens e Serviços Correntes	2015	2016	2017	2018	Δ (2018 / 2017)	Δ (2018 / média 2015 a 2017)
Água	1.284.916,46 €	1.170.129,41 €	950.770,64 €	1.407.835,42 €	48,1%	24,0%
Matérias-primas	377.737,09 €	365.784,03 €	323.556,15 €	328.297,13 €	1,5%	-7,7%
Saneamento, recolha de RSU's e recicláveis	939.203,69 €	1.114.159,46 €	1.042.430,25 €	1.275.500,00 €	22,4%	23,6%
Combustíveis e lubrificantes	535.399,54 €	532.416,41 €	542.402,62 €	574.361,99 €	5,9%	7,0%
Encargos de instalações	1.371.652,47 €	1.289.492,50 €	1.315.132,21 €	1.192.506,40 €	-9,3%	-10,0%
Conservação de bens	399.494,71 €	409.634,81 €	592.488,79 €	743.888,41 €	25,6%	59,2%
Transportes	590.903,40 €	512.081,04 €	520.933,19 €	539.047,24 €	3,5%	-0,4%
Outros	2.524.261,20 €	2.980.408,12 €	3.426.379,61 €	3.429.152,17 €	0,1%	15,2%
Total	8.023.568,56 €	8.374.105,78 €	8.714.093,46 €	9.490.588,76 €	8,9%	13,4%

Nota: em "Outros" incluem-se despesas com comunicações, seguros, refeições escolares, estudos e consultadoria, publicidade, espetáculos, encargos de cobrança de receitas, impressões, limpeza e higiene, e peças.

Importa referir que a variação ocorrida na aquisição de água se prende com o facto de, em 2018, terem sido pagas faturas relativas ao último quadrimestre de 2017.

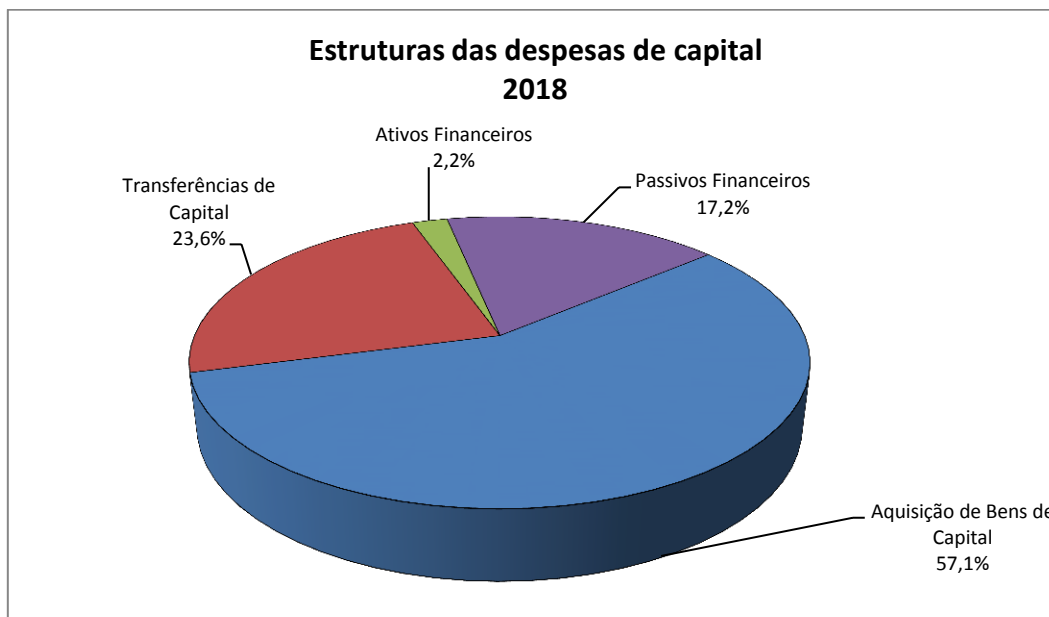
No que respeita às transferências correntes, destacam-se as verbas destinadas ao cumprimento dos contratos de execução, protocolos e acordos de colaboração estabelecidos com as freguesias, e, as destinadas a instituições sem fins lucrativos. O gráfico seguinte permite-nos aferir da evolução destes dois grupos de transferências.



Despesas Capital	2015	2016	2017	2018	Δ (2018 / 2017)	Δ (2018 / média 2015 a 2017)
Aquisição de Bens de Capital	5.185.848,51 €	4.672.126,28 €	3.593.489,43 €	3.769.413,76 €	4,9%	-15,9%
Transferências de Capital	977.901,52 €	1.560.930,17 €	1.307.310,66 €	1.555.980,91 €	19,0%	21,4%
Ativos Financeiros	192.135,00 €	192.135,00 €	192.135,00 €	144.101,25 €	-25,0%	-25,0%
Passivos Financeiros	1.232.932,83 €	1.185.523,28 €	1.192.655,52 €	1.133.961,27 €	-4,9%	-5,8%
Total	7.588.817,86 €	7.610.714,73 €	6.285.590,61 €	6.603.457,19 €	5,1%	-7,8%

Conforme se pode verificar, a despesa de capital executada em 2018 registou um acréscimo (5,1%) quando comparada com o ano anterior, assente numa maior aquisição de bens de capital e num aumento das transferências. Relativamente à comparação com a média do triénio anterior regista-se um decréscimo na ordem dos 7,8%.

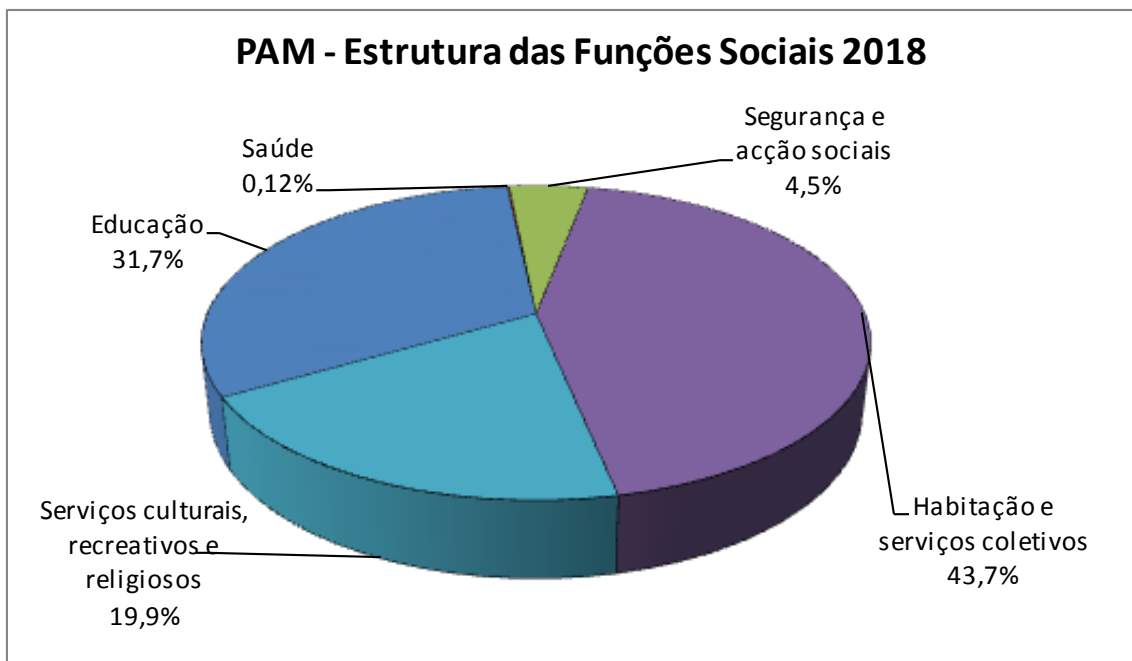
Em termos estruturais a aquisição de bens de capital (refletida no PPI) representou, em 2018, 57,1% da despesa de capital executada.



4.5 – Execução do Plano de Atividades Municipal



O gráfico supra permite-nos aferir da afetação de verbas às atividades municipais mais relevantes consubstanciadas em projetos do Plano de Atividades Municipal (PAM). São de destacar os projetos afetos a funções sociais (sobretudo nas áreas da educação e da habitação e serviços coletivos) que representaram, em 2018, 44,6% dos valores executados.



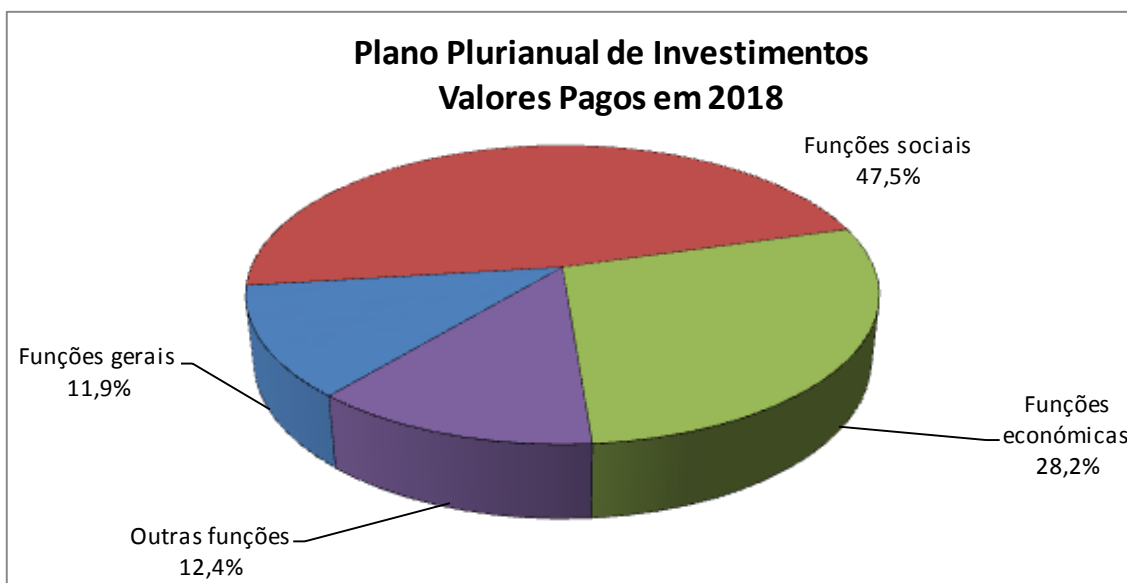
Ao nível da educação é de realçar a execução do projeto “Odemira Território Educativo” (cerca de 1.908.000€) e, ao nível dos serviços coletivos, a execução dos projetos ligados à gestão de infraestruturas de águas de abastecimento e de saneamento, à gestão de resíduos e à proteção do meio ambiente e conservação da natureza que, no seu conjunto, implicaram uma despesa de cerca de 2.912.000€.

4.6 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos

O quadro seguinte ilustra a forma como o Município executou o Plano Plurianual de Investimentos (PPI) no decurso do quadriénio passado.

Plano Plurianual de Investimentos	2015	2016	2017	2018	Δ (2018 / 2017)	Δ (2018 / média 2015 a 2017)
Funções gerais	1.144.117,00 €	451.953,87 €	737.656,39 €	466.450,68 €	-36,8%	-40,0%
Funções sociais	2.627.370,91 €	2.988.751,44 €	1.539.262,19 €	1.860.326,47 €	20,9%	-22,0%
Funções económicas	1.308.984,50 €	901.952,14 €	1.021.060,40 €	1.103.025,46 €	8,0%	2,4%
Outras funções	297.511,10 €	521.603,83 €	487.645,45 €	483.712,40 €	-0,8%	11,0%
Total	5.377.983,51 €	4.864.261,28 €	3.785.624,43 €	3.913.515,01 €	3,4%	-16,3%

Tal como no PAM, o gráfico abaixo permite-nos verificar, em 2018, uma maior preponderância das funções sociais na estrutura do investimento realizado, dando-nos conta das intenções do executivo municipal quanto à afetação dos recursos à sua disposição.



Em 2018 é de realçar, ao nível das funções sociais, o investimento realizado nas subfunções habitação e serviços coletivos (com destaque para a execução de obras ao nível do ordenamento do território e do abastecimento de água), educação, e, serviços culturais, recreativos e religiosos (com destaque para investimentos na área do desporto, recreio e lazer). Destaque ainda, ao nível das funções económicas, para o investimento realizado na subfunção transportes rodoviários.

4.7 – Cumprimento de regras orçamentais

A Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, que estabelece o Regime Financeiro das Autarquias Locais e das Entidades Intermunicipais (RFALEI), impõe que a receita corrente bruta cobrada deva ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longos prazos. Note-se, no entanto, que a LOE/2018 no seu art.º 104.º vem permitir que, aquando da integração do saldo da gerência anterior, o mesmo possa ser considerado (para efeitos do cumprimento da referida regra de equilíbrio orçamental) como receita corrente na proporção da despesa corrente que visa financiar, garantido assim a sua neutralidade.

2018	Previsão inicial	Previsão final	Execução
Receitas Correntes (RC)	26.010.000,00 €	26.071.000,00 €	25.947.361,76 €
Saldo da Gerência Anterior na proporção utilizada para financiar despesa corrente (SGAdc)	0,00 €	3.013.703,95 €	3.013.703,95 €
Despesas Correntes (DC)	21.934.000,00 €	25.008.703,95 €	22.435.425,23 €
amortizações médias de empréstimos mlp (AME)	1.195.800,95 €	1.195.800,95 €	1.195.800,95 €
(RC+SGAdc) - (DC+AME)	2.880.199,05 €	2.880.199,05 €	5.329.839,53 €

Saldo da Gerência Anterior (SGA)	3.524.703,95 €
Saldo da Gerência Anterior na proporção utilizada para financiar despesa corrente (SGAdc)	3.013.703,95 €
Saldo da Gerência Anterior na proporção utilizada para financiar despesa de capital (SGAdk)	511.000,00 €

Conforme se infere da leitura dos quadros acima, o Município arrecadou em 2018 receitas correntes superiores, numa margem bastante confortável, às despesas correntes executadas acrescidas das amortizações médias de empréstimos de médio e longos prazos (cujo cálculo a seguir se apresenta).

Dívida de médio e longo prazo (mlp)

empréstimo N.º	ano de contratação	prazo do contrato (anos)	valor em dívida à entrada em vigor da Lei nº73/2013	amortizações médias mlp *
CGD - 0546/001623/091	1998	20	1.043.290,99 €	208.658,20 €
CGD - 0546/001632/991	1998	20	886.717,15 €	177.343,43 €
CGD - 9015/005596/991	2002	20	2.147.006,80 €	238.556,31 €
BPI - 281126983004	2003	20	277.857,54 €	27.785,75 €
CCAM - 56032954011	2003	20	1.064.427,82 €	106.442,78 €
CGD - 0546/9015/004050/391	2004	20	1.090.810,76 €	99.164,61 €
BPI - 281126983005	2005	20	1.257.745,43 €	104.812,12 €
BES - 220678881	2006	20	1.971.727,36 €	151.671,34 €
BPI - 281126983006	2009	20	1.301.862,54 €	81.366,41 €
Total			11.041.446,39 €	1.195.800,95 €

*cálculo efetuado de acordo com o art.º40.º n.º4 conjugado com o art.º83.º do RFALEI

Tendo em conta o estabelecido no art.º 56.º do RFALEI, cumpre informar que o Município registou em 2018 uma taxa de execução da receita prevista no Orçamento superior a 85%, conforme se observa no quadro seguinte.

Execução orçamental da receita 2018	Previsão inicial	Previsão final	Execução	%
receita líquida - sem saldo	32.610.000,00 €	32.879.000,00 €	28.430.855,66 €	86,5%
receita líquida - com saldo		36.403.703,95 €	31.955.559,61 €	87,8%

5 – Evolução da situação patrimonial, financeira e económica

5.1 – Balanço

Balanço

Ativo Líquido	2017	2018	Δ (2018 / 2017)
Imobilizado	74.391.134,18 €	73.033.120,04 €	-1,8%
Bens de domínio público	28.614.493,47 €	27.616.736,61 €	-3,5%
Imobilizações Incorpóreas	- €	23.062,50 €	
Imobilizações corpóreas	40.202.389,22 €	40.308.325,92 €	0,3%
Investimentos financeiros	5.574.251,49 €	5.084.995,01 €	-8,8%
Circulante	5.804.043,73 €	5.508.738,60 €	-5,1%
Existências	650.314,12 €	709.647,89 €	9,1%
Dívidas de terceiros cp	750.229,52 €	825.990,45 €	10,1%
Depósitos em instituições financeiras e Caixa	4.403.500,09 €	3.973.100,26 €	-9,8%
Acréscimos e diferimentos	678.942,12 €	966.670,42 €	42,4%
Total do Ativo Líquido	80.874.120,03 €	79.508.529,06 €	-1,7%

Passivo e Fundos Próprios	2017	2018	Δ (2018 / 2017)
Fundos próprios	47.648.139,76 €	48.367.673,59 €	1,5%
Empréstimos mlp a pagar a mlp	5.204.009,91 €	4.394.955,45 €	-15,5%
Fundo de Apoio Municipal a pagar a mlp	576.403,60 €	48.033,75 €	-91,7%
Dívidas a terceiros cp	3.255.336,94 €	2.923.753,74 €	-10,2%
Empréstimos mlp a pagar a cp	1.198.903,31 €	874.000,00 €	-27,1%
Fornecedores c/c	103.512,02 €	118.236,62 €	14,2%
Fornecedores de imobilizado c/c	137.738,90 €	121.170,16 €	-12,0%
Fornecedores c/facturas em recep. e conferência	67.570,93 €	46.639,15 €	-31,0%
Estado e outros entes públicos	180.931,60 €	312.798,17 €	72,9%
Outros credores	1.374.545,18 €	1.354.842,14 €	-1,4%
Fundo de Apoio Municipal a pagar a cp	192.135,00 €	96.067,50 €	-50,0%
Acréscimos e diferimentos	24.190.229,82 €	23.774.112,53 €	-1,7%
Total do Passivo e Fundos Próprios	80.874.120,03 €	79.508.529,06 €	-1,7%

A análise ao Balanço no final de 2018 permite-nos constatar um decréscimo (1,7%) do Ativo Líquido relativamente ao ano transato.

O Imobilizado apresenta uma redução na ordem dos 1.358.000€, relativamente a 2017, decorrente da diminuição dos Bens do Domínio Público (em virtude das amortizações do ano terem sido superiores a novas imobilizações) e dos Investimentos Financeiros (tendo em conta a redução legal ocorrida ao nível do Fundo de Apoio Municipal - FAM, conforme se explica no parágrafo seguinte).

Efetivamente, com a entrada em vigor do Orçamento do Estado para 2018, a subscrição do capital social do Fundo de Apoio Municipal foi modificada por redução dos montantes anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios, para um montante total de 417.857.175,00€. Através desta alteração, no ano de 2018 a prestação realizada pelo Estado e pelos Municípios foi reduzida em 25% e em 2019, 2020 e 2021, o valor das prestações anuais a realizar pelo Estado e pelos Municípios será reduzido em 50%, 75% e 100%, respetivamente, face ao valor das

prestações anuais devidas em 2017, sendo o valor e a distribuição do capital social ajustados em conformidade.

O Ativo Circulante exhibe uma redução (5,1%) que decorre do decréscimo verificado ao nível dos depósitos em instituições financeiras.

Os Fundos Próprios apresentam um acréscimo de 720.000€, para o qual contribuiu principalmente o resultado líquido positivo obtido.

O Passivo apresenta uma redução na ordem dos 6,3% (cerca de 2.085.000€) relativamente a 2017, sendo de realçar a redução de 1.134.000€ ocorrida ao nível do endividamento de mlp.

Relativamente à participação na Sociedade Pólis, S.A., conforme foi reportado nos Relatórios de Gestão dos anos de 2014, 2015, 2016 e 2017, a não aprovação por parte do QREN das candidaturas efetuadas pela Sociedade relativamente à construção de uma ECOVIA e de uma CICLOVIA no concelho de Odemira, bem como, a redução dos montantes a despendar com as obras de requalificação das praias do Malhão e Almogrove iriam, à partida, traduzir-se na redução da participação do Município de Odemira no capital social daquela sociedade de capitais públicos. Informações recentes apontam para o facto de que o valor da prestação que falta subscrever pelo Município possa vir a ocorrer caso se mostre necessária para financiar obras a realizar pela Pólis na área do concelho durante o ano de 2019, tendo em conta o financiamento expetável dessas obras por Fundos Comunitários.

Conforme consta do Relatório e Contas de 2016 da Sociedade, a Pólis entrou em processo de liquidação. A Sociedade tem um plano de liquidação aprovado por parte do órgão de gestão que prevê que a liquidação se concretize até final de 2019. Tendo em conta que o Município de Odemira detém 19% do capital subscrito na Sociedade (estando por realizar pelos acionistas 4.800.800€) e que o Ativo é superior ao Passivo, aguarda-se o desenvolvimento do processo de liquidação para que o Município possa refletir nas suas contas a recuperação do Investimento realizado.

De referir que a Sociedade Pólis não prestou ainda as suas Contas relativas ao ano de 2018, pelo que não as disponibilizou ao Município, não podendo o Município refletir nas suas Contas eventuais alterações que dessa situação possam advir.

5.2 – Demonstração de Resultados

Conta	PROVEITOS	2017	2018	Estrutura em 2018	Δ (2018 / 2017)
71	VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	3.955.575,72 €	4.043.327,39 €	13,7%	2,2%
72	IMPOSTOS E TAXAS	5.655.309,86 €	6.312.912,05 €	21,3%	11,6%
73	PROVEITOS SUPLEMENTARES	1.257.658,60 €	1.278.141,56 €	4,3%	1,6%
74	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES OBTIDOS	15.484.303,46 €	15.612.592,65 €	52,7%	0,8%
75	TRABALHOS PARA A PRÓPRIA ENTIDADE	79.875,86 €	18.810,77 €	0,1%	-76,4%
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	13.240,50 €	19.930,38 €	0,1%	50,5%
79	PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS	2.429.435,99 €	2.311.984,37 €	7,8%	-4,8%
	Total	28.875.399,99 €	29.597.699,17 €	100,0%	2,5%

Conta	CUSTOS	2017	2018	Estrutura em 2018	Δ (2018 / 2017)
61	CUSTO MERC. VENDIDAS E MATER. CONSUMIDAS	2.552.626,02 €	2.513.875,69 €	8,7%	-1,5%
62	FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	6.377.227,65 €	6.591.578,95 €	22,8%	3,4%
63	TRANSFER. E SUBSÍDIOS CORRENTES C. PREST.SOCIAIS	3.617.624,17 €	3.787.334,25 €	13,1%	4,7%
64	CUSTOS COM O PESSOAL	8.504.646,66 €	8.949.041,93 €	31,0%	5,2%
65	OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	107.750,35 €	133.549,05 €	0,5%	23,9%
66	AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	5.232.817,13 €	5.255.389,22 €	18,2%	0,4%
67	PROVISÕES DO EXERCÍCIO	323.385,83 €	3.308,56 €	0,0%	-99,0%
68	CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	51.264,69 €	49.376,92 €	0,2%	-3,7%
69	CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	1.447.510,58 €	1.594.660,82 €	5,5%	10,2%
	Total	28.214.853,08 €	28.878.115,39 €	100,0%	2,4%

88	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	660.546,91 €	719.583,78 €		
----	--------------------------------	--------------	--------------	--	--

Conforme se observa, os proveitos decorrentes do exercício de 2018 são superiores em cerca de 2,5% aos obtidos em 2017. Ao nível dos custos, constata-se um aumento na ordem dos 2,4% relativamente àquele ano.

Constata-se, igualmente, que os proveitos obtidos superaram os custos incorridos pelo que a demonstração de resultados por natureza, apresentada no quadro acima, permite-nos constatar um resultado líquido positivo em cerca de 720.000€ no final de 2018.

O aumento registado ao nível das vendas e prestações de serviços, das transferências e subsídios correntes obtidos, e, sobretudo, dos impostos e taxas, conjugado com a diminuição ocorrida ao nível das provisões do exercício foi suficiente para fazer face ao aumento dos custos registados ao nível dos fornecimentos e serviços externos, dos custos com pessoal e das transferências e subsídios correntes concedidos pelo que o resultado operacional obtido foi positivo (cerca de 32.000€). Os Resultados Extraordinários, apesar de inferiores a 2017, foram positivos na ordem dos 717.000€.

Em 2014, a Câmara Municipal de Odemira criou o Regulamento Municipal de Proteção Civil por indicação do Ministério da Administração Interna e da Associação Nacional dos Municípios Portugueses (ANMP), cujo regulamento tipo foi fornecido aos municípios tendo servido de base à criação do regulamento em Odemira, aplicado a partir de 2015. Conforme referido no Relatório de Gestão de 2017, o Município procedeu naquele ano à constituição de provisão para cobranças duvidosas no valor de 321.400€ relativamente à Taxa Municipal de Proteção Civil (TMPC) dos anos 2015 e 2016, não tendo procedido à cobrança da taxa relativa ao ano de 2017. Efetivamente, tendo em conta a declaração de inconstitucionalidade da TMPC do Município de Lisboa, o Executivo Municipal achou prudente não proceder à cobrança, entendimento que se manteve no ano de 2018 e que levou à não cobrança da taxa.

Registaram-se, durante o ano de 2018, decisões desfavoráveis ao Município nos processos de impugnação movidos pela IP - Infraestruturas de Portugal, S.A., e pela REN – Rede Elétrica Nacional, S.A. relativamente à aplicação da TMPC criada pelo Município de Odemira. Tendo isso em consideração e o facto de ser diminuta a probabilidade de obtenção de decisão favorável nesta matéria no âmbito de outro processo de impugnação em curso, a Câmara Municipal irá propor à Assembleia Municipal a revogação do Regulamento da Taxa Municipal de Proteção Civil.

5.3 – Custos por Funções / Obras por administração direta

Os montantes apurados na conta de “trabalhos para a própria entidade” refletem o apuramento efetuado através do sistema de contabilidade de custos que permite o reconhecimento dos custos apurados com obras executadas por administração direta. O quadro seguinte permite ter a noção dos custos com a obra relativa aos Arruamentos de S.Teotónio – Variante, que se concluiu em 2018.

Obras executadas por administração direta do Município	custos referentes a 2014	custos referentes a 2015	custos referentes a 2016	custos referentes a 2017	custos referentes a 2018	Conta Patrimonial
Arruamentos em S.Teotónio - Variante	76.758,16 €	123.246,28 €	78.732,08 €	79.875,86 €	18.810,77 €	45.3
Total de Custos	76.758,16 €	123.246,28 €	78.732,08 €	79.875,86 €	18.810,77 €	

O sistema de contabilidade de custos implementado permite o apuramento dos custos por funções, conforme exigido pelo POCAL, constantes do quadro seguinte:

Custos por Funções	2018
Funções Gerais	6.476.004,65 €
Funções Sociais	13.102.219,85 €
Funções Económicas	6.738.905,06 €
Outras Funções	2.560.985,83 €
Total de Custos	28.878.115,39 €

5.4 – Dívida do Município

À semelhança de anos anteriores, a análise à dívida será feita tendo em conta o facto de as operações de tesouraria e as contas de ordem (garantias e cauções prestadas por terceiros) não configurarem dívida efetiva do Município, indo de encontro ao conceito de dívida total estabelecido na Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, para o qual também não concorre o montante referente à contribuição do Município para o Fundo de Apoio Municipal (FAM). Assim, tanto o valor das operações de tesouraria e das contas de ordem como o valor da contribuição para o FAM serão excluídos da análise.

Endividamento Global

Designação	Valor em Dívida em 31-12-2017	Estrutura	Valor em Dívida em 31-12-2018	Estrutura
Dívida de médio e longo prazo a pagar a mlp	5.204.009,91 €	70,43%	4.394.955,45 €	70,56%
Dívida de médio e longo prazo a pagar a cp	1.198.903,31 €	16,23%	874.000,00 €	14,03%
Dívida de curto prazo	985.502,49 €	13,34%	959.291,92 €	15,40%
Total	7.388.415,71 €	100%	6.228.247,37 €	100%

nota 1: no seguimento de orientações da DGAL deve ser evidenciada a parte da dívida de médio e longo prazo a pagar no curto prazo (12 meses).

nota 2: o quadro não contempla o valor de 144.101,25€ (dos quais 96.067,50€ a pagar no curto prazo) relativo ao contributo do Município no FAM, uma vez que esse valor não concorre para o conceito de dívida total, estabelecido pela Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

Como se pode constatar o Município apresenta, no final de 2018, um menor nível de endividamento relativamente ao ano anterior, sobretudo no médio e longo prazo.

Dívida de curto prazo (cp)

Designação	Valor em Dívida em 31-12-2017	Valor em Dívida em 31-12-2018
Fornecedores c/c	103.512,02 €	118.236,62 €
Fornecedores de imobilizado	137.738,90 €	121.170,16 €
Fornecedores com faturas em recepção e conferência	67.570,93 €	46.639,15 €
Outros Credores	1.555.476,78 €	1.667.640,31 €
Sub-Total	1.864.298,63 €	1.953.686,24 €
Operações de Tesouraria + Garantias e Cauções	-878.796,14 €	-994.394,32 €
Total	985.502,49 €	959.291,92 €
Dívida de médio e longo prazo a pagar a cp	1.198.903,31 €	874.000,00 €
Total de Dívida de curto prazo	2.184.405,80 €	1.833.291,92 €

nota: o quadro não contempla o valor de 96.067,50€ a pagar no curto prazo relativo ao contributo do Município no FAM, uma vez que esse valor não concorre para o conceito de dívida total, estabelecido pela Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

O quadro acima permite-nos constatar uma redução da dívida de curto prazo relativamente a 2017 (cerca de 350.000€). É de salientar que o Município, tal como tem vindo a ser hábito nos últimos anos, não teve necessidade de recorrer, em 2018, a qualquer operação financeira de curto prazo para fazer face a necessidades de tesouraria, apresentando um prazo médio de pagamentos inferior a 30 dias.

O quadro seguinte permite-nos fazer uma análise da situação dos empréstimos contratados a médio e longo prazo. Note-se que os empréstimos 1623/091 e 1632/991 da CGD concluíram a sua amortização em 2018. Os restantes empréstimos já se encontram utilizados, estando em fase de amortização. A redução verificada decorre, assim, da amortização dos mesmos de acordo com os contratos estabelecidos com as instituições bancárias.

Dívida de médio e longo prazo (mlp)

Empréstimo N.º	Valor em Dívida em 31-12-2017	Valor em Dívida em 31-12-2018
CGD - 0546/001623/091	208.655,39 €	- €
CGD - 0546/001632/991	178.247,92 €	- €
CGD - 9015/005596/991	1.183.405,76 €	998.400,91 €
BPI - 281126983004	163.747,01 €	134.377,73 €
CCAM - 56032954011	645.556,86 €	538.582,12 €
CGD - 0546/9015/004050/391	698.097,75 €	598.369,50 €
BPI - 281126983005	874.314,64 €	777.168,58 €
NB - 0770037258 ¹	1.387.511,84 €	1.241.457,96 €
BPI - 281126983006	1.063.376,05 €	980.598,65 €
Total	6.402.913,22 €	5.268.955,45 €
Dívida de médio e longo prazo a pagar a cp	1.198.903,31 €	874.000,00 €
Dívida de médio e longo prazo a pagar a mlp	5.204.009,91 €	4.394.955,45 €

¹ - redenominado a partir do empréstimo BES - 220678881

nota: o quadro não contempla o valor de de 48.033,75€ a pagar no médio e longo prazo relativo ao contributo do Município no FAM, uma vez que esse valor não concorre para o conceito de dívida total, estabelecido pela Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação.

Importa, no entanto, referir que por lapso dos serviços não foi contabilizada a amortização relativa à prestação n.º44 do empréstimo 9015/005596/991 da CGD, no montante de 61.812,48€, apesar da mesma ter sido cobrada pela instituição bancária no decurso do mês de novembro.

A contabilização da referida amortização, no montante de 61.812,48€, foi efetuada no decurso do mês janeiro de 2019.

O mapa de empréstimos obtidos, incluído nos Mapas de Prestação de Contas (documento n.º26), permite-nos uma análise minuciosa dos empréstimos em questão. Atente-se que, na maioria dos casos, foram contratados pelo prazo de 20 anos com um período de carência de 5 de forma a permitir uma amortização de capital faseada.

5.5 – Cumprimento de regras financeiras

Relativamente aos limites ao endividamento municipal, o RFALEI instituiu no seu art.º 52.º um “Limite da dívida total” que estabelece que “a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores”.

O quadro infra permite-nos constatar que o Município de Odemira cumpre com larga margem o critério estabelecido.

Limite para 2018/12/31 (1,5 X média da RC líquida cobrada nos exercícios anteriores)	37.047.241,49 €
Dívida total apurada (soma da contribuição de cada entidade para a dívida total)	6.236.674,43 €
margem face ao limite	30.810.567,06 €

A Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA - Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, alterada e republicada pela Lei n.º 22/2015, de 17 de março) e o Decreto-Lei n.º 127/2012, de 21 de junho (alterado e republicado pelo DL n.º 99/2015, de 2 de junho), que visa estabelecer os procedimentos necessários à aplicação da mesma e à operacionalização da prestação de informação, trazem várias regras que devem ser observadas e que interessa dar conta do seu cumprimento. Nessa conformidade, à data de 31/12/2018, o Município de Odemira não registava quaisquer contas a pagar a mais de 90 dias das datas de vencimentos acordadas com os seus fornecedores. Note-se que estão excluídas deste limite dos 90 dias situações de:

- Pagamentos objeto de impugnação judicial até que sobre eles seja proferida decisão final e executória: existe uma dívida abrangida por esta exclusão de pagamento à ACORIL-EMPREENHEIROS, S.A., no montante de 119.862,99€, que aguarda decisão judicial;
- Situações de impossibilidade de cumprimento por ato imputável ao credor: registam-se várias situações no montante global de 2.520,36€;
- Montantes objeto de acordos de pagamento desde que o pagamento seja efetuado dentro dos prazos acordados: não se registam situações.

Para que os municípios não incorram em situações de pagamentos em atraso (superiores a 90 dias) a LCPA vem impor a impossibilidade de assunção de compromissos que excedam os fundos disponíveis. Dando cumprimento a essa norma o Município de Odemira calculou os fundos disponíveis, mensalmente, durante o ano de 2018 não tendo sido assumidos quaisquer compromissos para além dos mesmos.

6 – Indicadores de Gestão

6.1 - Indicadores de natureza orçamental

Indicador	2015	2016	2017	2018
Receitas Próprias (a) / Despesas Totais	38,56%	40,52%	41,91%	41,22%
Transf. Financeiras Orç. Estado (b) / Receitas Totais	53,26%	49,23%	52,55%	47,39%
Transf. Financeiras Orç. Estado (b) / Despesas Totais	51,26%	50,99%	53,32%	46,49%
Transf. Financeiras Orç. Estado (b) / Despesas com Pessoal	174,55%	175,44%	174,64%	153,11%
Receita Cobrada (c) / Receita Orçamentada (c)	90,28%	90,36%	89,52%	87,95%
Despesas com Pessoal / Despesas Totais	29,37%	29,06%	30,53%	30,37%
Despesas com Pessoal / Receitas Correntes	33,46%	32,91%	32,90%	33,98%
Despesas de Capital / Despesas com Pessoal	94,12%	93,72%	74,88%	74,89%
Despesas de Capital / Despesas Totais	27,64%	27,24%	22,86%	22,74%
Receitas de Capital / Despesas de Capital	30,69%	56,08%	37,91%	38,36%
Receitas de Correntes / Despesas Correntes	121,28%	121,36%	120,31%	115,65%
Receita Total / Nº Habitantes	1.013,81 €	1.110,29 €	1.070,24 €	1.093,11 €
Despesa Total / Nº Habitantes	1.053,33 €	1.071,88 €	1.054,71 €	1.114,05 €
Despesa Investimento / nº Habitantes	291,14 €	291,98 €	241,14 €	253,34 €

(a) Excluem-se do conceito de receitas próprias:

- Transferências do Orçamento do Estado;
- Transferências da União Europeia;
- Outras transferências do setor público administrativo;
- Saldos de gerência anterior, com exceção do saldo proveniente de receitas próprias;
- Passivos financeiros

(b) (FEF +FSM+IRS)

(c) Os valores referem-se a receita cobrada e orçamentada bruta e incluem o saldo da gerência anterior

Analisando os diversos indicadores constata-se a forte dependência das finanças municipais das transferências do Orçamento do Estado.

A evolução do indicador de receita cobrada/receita orçamentada, ao longo do quadriénio, dá-nos a perceção da continuação da elaboração de orçamentos de receita realistas.

A receita corrente tem conseguido cobrir as despesas do mesmo tipo, permitindo, inclusive, financiar despesas de investimento.

As despesas de pessoal apresentam uma relação estável relativamente às receitas correntes que as financiam e à totalidade da despesa executada.

Os três últimos indicadores dão-nos a perceção da execução orçamental por habitante.

6.2 - Indicadores de natureza financeira

Os indicadores que a seguir se apresentam têm por finalidade proporcionar uma leitura da situação financeira do município.

Rácios Patrimoniais		2017	2018
Liquidez geral	Ativo Circulante / Passivo Circulante	2,44	2,86
Liquidez reduzida	(Ativo Circulante - Existências) / Passivo Circulante	2,17	2,49
Endividamento	(Dívidas cp+mlp) / (Fundos Próprios+Passivo)	0,09	0,08
Estrutura do Endividamento	Passivo Circulante / Capitais Alheios	0,31	0,31
Solvabilidade	Ativo Líquido / Passivo	2,50	2,64
Autonomia Financeira	Capital Próprio / Ativo Líquido	0,59	0,61

nota: na elaboração dos rácios não foram consideradas operações de tesouraria e contas de ordem

Os rácios apresentados demonstram a manutenção de uma boa situação financeira.

Os indicadores de liquidez relativos a 2018 permitem-nos aferir uma situação de tesouraria confortável, que ainda melhorou quando comparada com 2017.

Conforme se pode constatar pelos rácios de solvabilidade e de autonomia financeira apresentados, a autarquia detém uma boa solidez financeira e uma grande capacidade para fazer face aos compromissos assumidos com os seus fornecedores.

Os rácios de endividamento permitem-nos ter a perceção do grau de utilização de capital alheio para financiar a atividade municipal, bem como, o peso das dívidas de curto prazo no endividamento municipal.

7 – Factos relevantes verificados após o encerramento do exercício

Não existem factos relevantes a reportar.

8 – Proposta de Aplicação dos Resultados

Propõe-se que o Resultado Líquido do exercício de 2018 (no montante de 719.583,78€) seja distribuído da seguinte forma:

Distribuição de Resultados - 2018		Montante
57.1	Reservas Legais	35.979,19 €
59	Resultados Transitados	683.604,59 €

Odemira, 12 de Abril de 2019